

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
ESTADO MAIOR
ORÇAMENTO**

**RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO 2015**

Brasília-DF, 19 de maio de 2016

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

Relatório de Gestão 2015 apresentado ao Tribunal de Contas da União, por meio da Subsecretaria do Tesouro do Governo do Distrito Federal - SUTES/GDF, como prestação de contas anual, que o GDF tem o dever legal de o fazermos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com os dispositivos e normas legais baixadas pelo Tribunal de Contas da União.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - PMDF
CNPJ: 08.942.610.0001/16
Setor de Áreas Isoladas Sudoeste, Área 4. Palácio Tiradentes
70.610-200 Brasília - DF
Telefones: (61) 3190-5416 (61) 9970-9210
Internet: www.pmdf.df.gov.br

Brasília-DF, 19 de maio de 2015.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

BOPE - Batalhão de Operações Especiais da PMDF;
BPCães - Batalhão de Policiamento de Cães da PMDF;
BPChoque - Batalhão de Policiamento de Choque da PMDF;
BPEsc - Batalhão de Policiamento Escolar da PMDF;
BPM - Batalhão de Polícia Militar;
BPMA - Batalhão de Polícia Militar Ambiental da PMDF;
BPRv - Batalhão de Policiamento Rodoviário da PMDF;
BPTran - Batalhão de Policiamento de Transito da PMDF;
BRCG - Boletim Reservado do Comando-Geral;
CAP - Capitão;
CB - Cabo;
CEL - Coronel;
CI - Centro de Inteligência da PMDF;
CIADE - Central Integrada de Atendimento e Despacho da SSP/DF;
CME - Comando de Missões Especiais da PMDF;
CNMPC - Curso Nacional de Multiplicador de Policia Comunitária;
CNPPC - Curso Nacional de Promotor de Policia Comunitária;
CPCDH - Centro de Polícia Comunitária e Direitos Humanos da PMDF;
CPRL - Comando de Policiamento Regional do Leste da PMDF;
CPRM - Comando de Policiamento Regional Metropolitano da PMDF;
CPRO - Comando de Policiamento Regional do Oeste da PMDF;
CPRS - Comando de Policiamento Regional do Sul da PMDF;
DCC - Departamento de Controle Correccional da PMDF;
DGP - Departamento de Gestão de Pessoal da PMDF;
DICC - Diretoria de Controle Contábil da PMDF;
DITel - Diretoria de Telemática da PMDF;
DLF - Departamento de Logística e Finanças da PMDF;
DOp - Departamento Operacional da PMDF;
DOU - Diário Oficial da União;
DPMT - Diretoria de Patrimônio Manutenção e Transporte da PMDF;
EDUCS - Programa de Educação para Cidadania e Segurança;
FSPMDF - Fundo de Saúde da Policia Militar do Distrito Federal;
GEPES - Sistema de Gerenciamento de Pessoal da PMDF;
IPM - Inquérito Policial Militar;
IT - Inquérito Técnico;
LDO - Lei de Diretriz Orçamentária;

LOA - Lei Orçamentária Anual;
MAJ - Major;
PA - Processo Administrativo;
PMDF - Polícia Militar do Distrito Federal;
PPA - Plano Plurianual;
PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência;
RA - Região Administrativa;
RF - Reforma;
ROTAM - Rondas Ostensivas Táticas Móveis da PMDF;
RPMon - Regimento de Polícia Montada da PMDF;
RR - Reserva Remunerada;
SCIA - Setor Complementar de Indústria e Abastecimento;
SD - Soldado;
SGO - Sistema Geral de Ocorrências da PMDF;
SGT - Sargento;
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira;
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais;
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de
Parceria;
SIGGO - Sistema Governamental de Gestão Orçamentária.
SPOA - Subsecretaria de Planejamento Orçamentário e Administração;
SSP/DF - Secretaria de Estado de Segurança Pública;
ST - Subtenente;
SUTES - Subsecretaria do Tesouro do DF;
TC - Tenente-Coronel;
TEN - Tenente;
UPM - Unidade Policial Militar

LISTA DE TABELAS, QUADRO, GRÁFICOS E FIGURAS

Quadro A.1.1	Identificação de Gestão Agregado
Figura A.2.1.2	Organograma da Auditoria
Quadro A.2.4	Quadro demonstrativo – Estrutura de controles internos da UPC
Quadro A.3.4.1	Protocolos de atendimento gerados em 2015
Quadro A.3.4.2	Avaliação do grau de satisfação do cidadão
Figura A.3.4	Gráfico do grau de satisfação
Quadro A.5.4.2	Solicitação de atendimentos emergenciais.
Quadro B.5.4.2	Comparativo das naturezas registradas via CIADE/SSP-DF direcionadas a PMDF.
Quadro C.5.4.2	Comparativo geral de ocorrências atendidas por Comando Regional
Quadro A.5.4.3	Comparativo de produtividade policial anual
Quadro B.5.4.3	Comparativo mensal durante o 1º Semestre dos anos de 2012 e 2013
Quadro C.5.4.3	Comparativo mensal durante o 2º Semestre dos anos de 2012 e 2013
Quadro A.5.4.5	Comparativo de veículos localizados pela PMDF
Quadro A.5.4.6	Comparativo de veículos localizados pela PMDF
Quadro A.5.4.7	Média diária de efetivo operacional
Quadro A.5.4.8	Principais operações desenvolvidas em 2015.
Quadro A.5.4.9	Ordens de serviço cumpridas em 2015.
Quadro A.5.4.10	Quantitativos de apoio a outros órgãos.
Quadro A.5.4.11a	Atendimentos para educação infantil prestados pelo PROERD
Quadro A.5.4.11b	Atendimentos para educação ambiental Lobo Guará e Guardiões ambientais.
Quadro A.5.4.11c	Atendimentos para educação para o trânsito teatro rodovia.
Quadro A.5.4.11e	Síntese dos atendimentos em 2015
Quadro A.5.4.11f	Atendimentos da DPCom em 2015
Quadro A.5.4.11g	Atendimentos da DDH em 2015
Quadro A.5.5.1	Indicadores de desempenho da gestão administrativa em 2015
Quadro A.6.1.1	Execução das despesas de pessoal inativos e pensionista PMDF
Quadro B.6.1.1	Demonstração de execução das despesas de manutenção PMDF.
Quadro C.6.1.1	Execução das despesas de assistência média e odontológica PMDF
Quadro D.6.1.1	Execução das despesas de outros benefícios assistenciais PMDF
Quadro E.6.1.1	Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total
Quadro F.6.1.1	Despesas por grupo e elemento de despesa
Quadro G.6.1.1	Instrumentos celebrados/ montantes transferidos nos últimos 3 exercícios.
Quadro H.6.1.1	Demonstrativo da LOA 2015
Quadro I.6.1.1	Demonstrativo da Proposta Orçamentária PMDF 2015

Quadro J.6.1.1	Diferença da Proposta Orçamentária PMDF 2015 e LOA 2015
Quadro K.6.1.1	Diferença da Proposta Orçamentária PMDF 2015 e LOA 2015 em %
Quadro A.6.4.	Movimentação e saldos de restos a pagar
Quadro A.7.1.	Distribuição da Lotação Efetiva
Quadro B.7.1.	Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas
Quadro C.7.1.	Custos de pessoal
Quadro D.7.1.	Contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância
Quadro A.8.	Quantidade de veículos em uso na frota da PMDF
Quadro A.9.2.	Necessidades de TI
Quadro A.9.3.	Contratos de TI que vigoraram no exercício

SUMÁRIO

<i>1. Visão geral da Unidade</i>	<i>0</i>
<i>2. Planejamento Organizacional e desempenhos orçamentários e operacional</i>	
<i>3. Governança</i>	
<i>4. Relacionamento com a sociedade</i>	
<i>5. Desempenho financeiro e informações contábeis</i>	
<i>6. Áreas especiais de gestão</i>	
<i>7. Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle</i>	
<i>8. Outras informações Relevantes</i>	

IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

1.1. Identificação da Unidade Prestadora de Contas

Quadro A.1.1 Identificação de Gestão Agregado

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda			Código SIORG: 001929
Identificação da Unidade Prestadora de Contas UPC			
Denominação Completa: Polícia Militar do Distrito Federal – Fundo Constitucional do Distrito Federal			
Denominação Abreviada: PMDF – FCDF			
Código SIORG: 001929	Código na LOA: 73901 FCDF	Código SIAFI: FCDF 170392 E PMDF 170393 (DLF), 170484 (DGP) e 170485 (DSAP)	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Administração Pública em Geral		CNPJ: 08.942.610/0001-16	
Principal Atividade: Vide Tabela CNAE/IBGE		Código CNAE: 84.11-6-00	
Telefones/Fax de Contato:	(061) 3190-5416	(061) 9970-9210	(061) 3190-5400
Endereço Eletrônico: cfcdf@fazenda.df.gov.br orcamentopmdf@gmail.com			
Página na Internet: http://www.pmdf.df.gov.br			
Endereço Postal: Setor de Áreas Isoladas Sudoeste, Área Especial 04, Setor Policial Sul, Quartel do Comando Geral, Brasília, DF, CEP 70.610-200			
Normas Relacionadas às Unidades Prestadoras de Contas-UPC Agregadora e Agregadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Norma de criação e finalidade da Unidade Prestadora de Contas: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê: Art. 21 – Compete à união: Item XIV – Organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio. Art. 144 - A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: Item V – polícias militares e corpos de bombeiros militares, Parágrafo 5º – Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública (...) Norma (s) que estabelece (m) a estrutura orgânica no período de gestão sob exame: Lei Nº 6.450, de 14 de outubro de 1977 - Dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências. Decreto Federal nº 7.165 de 2010 e Decreto Distrital nº 31.793 de 2010. Publicação no DOU do Regimento Interno ou Estatuto da Unidade Prestadora de Contas de que trata as contas. Lei nº 7.289/84 alterada pela Lei nº 7.475/86 - Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal e dá outras providências.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Prestadoras de Contas UPCs			
Lei 10.486/02 - Dispõe sobre a remuneração dos militares do Distrito Federal e dá outras providências Lei 12.086/09 - Dispõe sobre os militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal; altera as Leis nºs 6.450, de 14 de outubro de 1977, 7.289, de 18 de dezembro de 1984, 7.479, de 2 de junho de 1986, 8.255, de 20 de novembro de 1991, e 10.486, de 4 de julho de 2002; revoga as Leis nºs 6.302, de 15 de dezembro de 1975, 6.645, de 14 de maio de 1979, 7.491, de 13 de junho de 1986, 7.687, de 13 de dezembro de 1988, 7.851, de 23 de outubro de 1989, 8.204, de 8 de julho de 1991, 8.258, de 6 de dezembro de 1991, 9.054, de 29 de maio de 1995, e 9.237, de 22 de dezembro de 1995; revoga dispositivos das Leis nºs 7.457, de 9 de abril de 1986, 9.713, de 25 de novembro de 1998, e 11.134, de 15 de julho de 2005; e dá outras providências. Dec. Fed. 7.165/10 - Regulamenta o inciso I do art. 48 da Lei no 6.450, de 14 de outubro de 1977, que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Distrito Federal. Dec. Distrital 31.793/10 - Regulamenta a aplicação do inciso II, do artigo 48, da Lei nº 6.450, de 14 de outubro de 1977, que dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Distrito Federal.			

1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Prestadora de Contas

A Polícia Militar do Distrito Federal tem a sua missão definida na Carta Magna, mais especificamente no Art. 144, § 5º, “às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública;” em todo o Distrito Federal, podendo ainda realizar atividades de policiamento ostensivo na região do entorno, mediante a celebração de convênio com os estados limítrofes.

O principal programa de governo (Ação pela vida) do Governo do Distrito Federal, executado pela Corporação, em conjunto com os outros órgãos do sistema de segurança pública, e coordenado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, tem por objetivo reverter os níveis de criminalidade, de forma imediata e permanente, transformando o Distrito Federal em um modelo de qualidade, eficiência e eficácia em segurança pública, trabalhando com ênfase na filosofia de Polícia Comunitária e na cultura da paz.

Promover a segurança e o bem-estar social por meio da prevenção e repressão imediata da criminalidade e da violência, com ênfase no respeito aos direitos humanos e na participação comunitária, buscando sempre disseminar a cultura da Paz, e a promoção do bem-estar comum.

IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

1.1. Identificação da Unidade Prestadora de Contas

Quadro A.1.1 Identificação de Gestão Agregado

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda			Código SIORG: 001929
Identificação da Unidade Prestadora de Contas UPC			
Denominação Completa: Polícia Militar do Distrito Federal – Fundo Constitucional do Distrito Federal			
Denominação Abreviada: PMDF – FCDF			
Código SIORG: 001929	Código na LOA: 73901 FCDF	Código SIAFI: FCDF 170392 E PMDF 170393 (DLF), 170484 (DGP) e 170485 (DSAP)	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Administração Pública em Geral		CNPJ: 08.942.610/0001-16	
Principal Atividade: Vide Tabela CNAE/IBGE		Código CNAE: 84.11-6-00	
Telefones/Fax de Contato:	(061) 3190-5416	(061) 9970-9210	(061) 3190-5400
Endereço Eletrônico: cfcdf@fazenda.df.gov.br orcamentopmdf@gmail.com			
Página na Internet: http://www.pmdf.df.gov.br			
Endereço Postal: Setor de Áreas Isoladas Sudoeste, Área Especial 04, Setor Policial Sul, Quartel do Comando Geral, Brasília, DF, CEP 70.610-200			
Normas Relacionadas às Unidades Prestadoras de Contas-UPC Agregadora e Agregadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Norma de criação e finalidade da Unidade Prestadora de Contas: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê: Art. 21 – Compete à união: Item XIV – Organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio. Art. 144 - A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: Item V – polícias militares e corpos de bombeiros militares, Parágrafo 5º – Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública (...) Norma (s) que estabelece (m) a estrutura orgânica no período de gestão sob exame: Lei Nº 6.450, de 14 de outubro de 1977 - Dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências. Decreto Federal nº 7.165 de 2010 e Decreto Distrital nº 31.793 de 2010. Publicação no DOU do Regimento Interno ou Estatuto da Unidade Prestadora de Contas de que trata as contas. Lei nº 7.289/84 alterada pela Lei nº 7.475/86 - Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal e dá outras providências.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Prestadoras de Contas UPCs			
Lei 10.486/02 - Dispõe sobre a remuneração dos militares do Distrito Federal e dá outras providências Lei 12.086/09 - Dispõe sobre os militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal; altera as Leis nºs 6.450, de 14 de outubro de 1977, 7.289, de 18 de dezembro de 1984, 7.479, de 2 de junho de 1986, 8.255, de 20 de novembro de 1991, e 10.486, de 4 de julho de 2002; revoga as Leis nºs 6.302, de 15 de dezembro de 1975, 6.645, de 14 de maio de 1979, 7.491, de 13 de junho de 1986, 7.687, de 13 de dezembro de 1988, 7.851, de 23 de outubro de 1989, 8.204, de 8 de julho de 1991, 8.258, de 6 de dezembro de 1991, 9.054, de 29 de maio de 1995, e 9.237, de 22 de dezembro de 1995; revoga dispositivos das Leis nºs 7.457, de 9 de abril de 1986, 9.713, de 25 de novembro de 1998, e 11.134, de 15 de julho de 2005; e dá outras providências. Dec. Fed. 7.165/10 - Regulamenta o inciso I do art. 48 da Lei nº 6.450, de 14 de outubro de 1977, que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Distrito Federal. Dec. Distrital 31.793/10 - Regulamenta a aplicação do inciso II, do artigo 48, da Lei nº 6.450, de 14 de outubro de 1977, que dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Distrito Federal.			

1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Prestadora de Contas

A Polícia Militar do Distrito Federal tem a sua missão definida na Carta Magna, mais especificamente no Art. 144, § 5º, “às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública;” em todo o Distrito Federal, podendo ainda realizar atividades de policiamento ostensivo na região do entorno, mediante a celebração de convênio com os estados limítrofes.

O principal programa de governo (Ação pela vida) do Governo do Distrito Federal, executado pela Corporação, em conjunto com os outros órgãos do sistema de segurança pública, e coordenado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, tem por objetivo reverter os níveis de criminalidade, de forma imediata e permanente, transformando o Distrito Federal em um modelo de qualidade, eficiência e eficácia em segurança pública, trabalhando com ênfase na filosofia de Polícia Comunitária e na cultura da paz.

Promover a segurança e o bem-estar social por meio da prevenção e repressão imediata da criminalidade e da violência, com ênfase no respeito aos direitos humanos e na participação comunitária, buscando sempre disseminar a cultura da Paz, e a promoção do bem-estar comum.

2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

2.1. Descrição das estruturas de Governança e Controle Interno

2.1.1 Estrutura Organizacional

Por força dos novos marcos regulatórios – Lei nº 12.086/2009 (que dispõe sobre os militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal) e do Decreto nº 7.165/10 (que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Distrito Federal), a nova estrutura organizacional da PMDF apresenta moderno modelo, baseado nas arquiteturas organizacionais funcional e departamental. Este novo modelo tem como finalidade a orientação dos processos corporativos a uma gestão mais ágil e orientada a resultados, ficando assim constituído seu organograma geral:

1. Comando

Comando Geral

Subcomandante Geral

2. Órgão de Planejamento Estratégico

Estado Maior, composto das seções de:

- Planejamento de Pessoal.
- Inteligência Estratégica, ciência e Tecnologia.
- Operações e Doutrinas.
- Logística.
- Assuntos Institucionais e Comunicação Social.
- Orçamento.
- Projetos.
- Análise Criminal.
- Legislação.
- Gestão de Qualidade.

3. Órgão de Apoio ao Comando Geral

Gabinete do Comandante Geral.

Secretária Geral.

Centro de Inteligência.

Centro de Polícia Comunitária e Direitos Humanos.

Centro de Comunicação Social.

4. Órgãos de Direção Geral e suas Setoriais

4.1. Departamentos operacionais:

Comando de Policiamento Regional Metropolitano.

Comando de Policiamento Regional Oeste.

Comando de Policiamento Regional Leste.

Comando de Policiamento Regional Sul.

Comando de Missões Especiais.

4.2. Departamento de gestão de pessoal:

- Diretoria de pessoal militar.
- Diretoria de Inativos, Pensionistas e Civis.
- Diretoria de Promoção e Avaliação de Desempenho.
- Diretoria de Recrutamento e Seleção.
- Diretoria de Pagamento de Pessoal e Previdência.

4.3. Departamento de Logística e Finanças:

- Diretoria de Apoio Logístico e Finanças.
- Diretoria de Projetos.
- Diretoria de Controle Contábil.
- Diretoria de Patrimônio, manutenção e Transporte.
- Diretoria de Telemática.

4.4. Departamento de Educação e Cultura:

- Diretoria de Formação.
- Diretoria de Aperfeiçoamento e Extensão.
- Diretoria de Especialização e Educação Continuada.
- Diretoria de ensino Assistencial.
- Diretoria de Ensino Assistencial.
- Diretoria de Pesquisa e do Patrimônio Histórico e Cultural.
- Centro de Altos Estudos e Aperfeiçoamento.
- Academia de Polícia Militar de Brasília.

4.5. Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal:

- Diretoria de Assistência Médica.
- Diretoria de assistência Odontológica.
- Diretoria de Assistência ao Pessoal.
- Diretoria de Planejamento e Gestão de Contratos.
- Diretoria de Execução Orçamentária e Financeira.

4.6. Departamento de Controle e Correição:

- Auditoria.
- Ouvidoria.

5. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

5.1. Planejamento da Unidade Prestadora de Contas, conforme Plano de Metas e de Ações

5.1.1. Abrangência do Plano Estratégico, tático/operacional

A abrangência do Plano Estratégico está especificada para um decênio: de 2011 a 2022, conforme abaixo:

a) *Descrição sintética*

PMDF – promover a segurança e o bem estar social.

JUNTO A SOCIEDADE

Elevar a sensação de segurança da população.

Aumentar a confiança da população em relação a polícia.

Melhorar a qualidade dos serviços prestados a população.

Fomentar o respeito aos direitos humanos e garantias constitucionais.

NOS PROCESSOS INTERNOS

Otimizar o policiamento preventivo e ostensivo.

Ampliar a capacidade de resposta imediata.

Fomentar as estratégias de aproximação com a população do DF.

Aprimorar a gestão logística.

Implementar a gestão estratégica.

Garantir as informações necessárias à tomada de decisões.

APRENDIZADO E CONHECIMENTO

Promover a otimização dos recursos humanos.

Incrementar as atividades disciplinares e correcionais.

Estimular o desenvolvimento técnico científico em Segurança Pública.

Fortalecer o desenvolvimento dos recursos humanos.

Aprimorar a gestão dos recursos humanos.

GESTÃO FINANCEIRA

Garantir a execução financeira dos recursos orçamentários.

Assegurar recursos orçamentários necessários.

b) *Os setores diretamente afetados pelo Plano Estratégico PMDF.*

Este plano Estratégico da PMDF, com horizonte temporal 2011-2022, reflete todas essas questões, tendo como “norte” o propósito de fomentar: a melhoria da qualidade dos serviços prestados, o aumento da confiança da população e a elevação da sensação de segurança da população, contribuindo, dessa forma, para que tenhamos um Distrito Federal mais seguro, humano e com melhor qualidade de vida.

Por se tratar de uma Instituição com fundamento na hierarquia e disciplina, militarmente organizada, o Plano Estratégico de ações e metas afeta diretamente todas as Unidade Técnicas Operacionais que a constitui.

c) *As revisões ocorridas desde a elaboração do PE.*

O Comandante Geral da Corporação em 30/06/15 editou a Portaria nº 976 alterando a redação dos Artigos 1º e 4º da Portaria PMDF 972 que criou o Plano Estratégico 2011-2022.

d) Estratégias adotadas para a realização e tratamento dos riscos.

A atividade de gestão de riscos na Polícia Militar do Distrito Federal passou a ser desenvolvida a partir de julho do ano de 2013. Para esse trabalho foi montada uma comissão constituída por policiais militares e assessorada por empresa de consultoria (Brainstorming) e desenvolvido em três etapas:

1. **DIAGNÓSTICO DE RISCO ESTRATÉGICO**, com identificação dos riscos a serem gerenciados com apresentação de forma abrangente e estruturada, de todos os riscos aos quais a organização está exposta, estejam ou não sob seu controle.
2. **RISCOS ESTRATÉGICOS PRIORITÁRIOS**, que identificou as opções de tratamento de riscos selecionadas e sua execução, incluindo requisitos, responsabilidade, prazos e indicadores. As opções de tratamento de risco selecionadas foram incluídas, com iniciativas estratégicas, no processo de gestão estratégica; e
3. **PLANO DE TRATAMENTO DE RISCOS ESTRATÉGICOS**, relatório gerado após a fase de análise de riscos, que identifica os riscos que precisam ser tratados e as prioridades de tratamento.

Ao final desse projeto piloto foram entregues dois produtos principais: O Plano de Gestão de Riscos e a Portaria PMDF nº 916/2014, que instituiu o Sistema de Gestão de Riscos em âmbito institucional.

O conceito de risco, segundo a norma ABNT NBR ISO 31000, é todo o evento que possam impactar os objetivos da organização. Desta forma, a PMDF entende ser fundamental incluir a gestão de risco no escopo da gestão estratégica. Um risco, ou evento de risco, refere-se a um acontecimento futuro que tem basicamente dois atributos: sua probabilidade de ocorrência e seu impacto nos objetivos da organização.

Nesse sentido, quando identificado um evento de risco, sua probabilidade de ocorrência e seu impacto, a organização pode desenvolver um plano de resposta para o tratamento desse risco, o que permite uma maior exposição ao risco e a alavancagem do negócio.

A gestão de riscos na Polícia Militar do Distrito Federal está baseada na norma ABNT NBR ISO 31000:2009, no Plano Estratégico da PMDF 2011/2022 e no O Plano de Gestão de Riscos, sendo o processo desenvolvido para atender as especificidades da corporação. Assim, a PMDF, através de sua estrutura institucional de gestão de riscos atua permanentemente na definição do contexto e dos critérios; identificação e avaliação dos riscos; definição das opções de tratamento, monitoramento e comunicação.

Esse processo está estruturado para elaborar estudos prospectivos, planejar, coordenar, fiscalizar e controlar as atividades de gestão de riscos da PMDF, subsidiando a tomada de decisão do alto comando com relação às ameaças à Corporação, incluindo as atividades de: identificação e análise dos riscos; avaliação e tratamento dos riscos; implantação de controle e avaliação de sua efetividade; monitoramento dos controles e das medidas para implementá-las; promoção da integração das atividades de controle de riscos; promoção da comunicação e consulta às partes interessadas; e auditoria da gestão de riscos.

A estrutura básica de gestão de riscos da Polícia Militar do Distrito Federal está nucleada no Estado-Maior e compreende a Comissão Permanente de Gestão de Riscos, a Auditoria de Riscos, o Núcleo de Comunicação de Riscos, as Subcomissões Permanentes de Gestão de Riscos, e os Órgãos de Execução dos Controles.

As decisões sobre o agravamento de riscos extremos serão tomadas pelo Comandante-Geral e, no impedimento ou de ordem, pelo Subcomandante-Geral, com o assessoramento da Comissão Permanente de Gestão de Riscos.

A Comissão Permanente de Gestão de Riscos é um colegiado de assessoramento superior constituído pelo Chefe do Estado-Maior e Presidentes das Subcomissões Permanentes de Riscos com

finalidade decisória e consultiva, incluindo dirigir, orientar, coordenar, integrar, auditar e fiscalizar os trabalhos das Subcomissões Permanentes de Riscos, mediante os seguintes processos:

✓ Processo de Comunicação e Consulta às partes interessadas, no âmbito externo e interno, em todas as fases, tanto no estabelecimento dos critérios de risco, quanto na identificação, avaliação e tratamento de riscos ou contingenciamento. Tal processo estabelece os contextos interno e externo da PMDF, definindo os critérios para gestão de riscos e o escopo da gestão;

✓ Processo de Avaliação de Riscos, onde se encontram: a) Identificação de riscos objetivando levantar quais deles podem criar, aumentar, evitar, reduzir, acelerar ou atrasar a realização dos objetivos; b) Análise de riscos envolvendo a apreciação das causas e das fontes de risco, suas consequências positivas e negativas, e a probabilidade de ocorrência dos riscos e; c) Avaliação de riscos, a fim de determinar os tratamentos bem como suas prioridades.

A Auditoria de Gestão de Riscos é uma Assessoria Permanente, destinada ao monitoramento e análise crítica dos riscos, auditoria dos riscos, seus níveis, efetividade dos controles e a implementação das medidas de tratamento de riscos, bem como o surgimento de novos riscos.

O Núcleo de Comunicação de Riscos é uma Assessoria Permanente destinada a executar o processo de comunicação e consulta sobre dos riscos da PMDF.

As Subcomissões Permanentes de Gestão de Riscos são órgãos setoriais com competência de monitorar os riscos, bem como definir seus planos de contingência. São compostas de um Presidente, um Secretário e no mínimo 5 (cinco) Membros designados pelo Presidente.

As Subcomissões Permanentes de Gestão de Riscos foram definidas com base na estrutura organizacional da PMDF e são divididas em Subcomissão Permanente de Gestão de Riscos de Pessoal; Subcomissão Permanente de Gestão de Riscos Operacionais; Subcomissão Permanente de Gestão de Riscos de Saúde e Assistência ao Pessoal; Subcomissão Permanente de Gestão de Riscos de Logística e Finanças; Subcomissão Permanente de Gestão de Riscos de Educação e Cultura; Subcomissão Permanente de Gestão de Riscos de Controle e Correição; Subcomissão Permanente de Gestão de Riscos de Comunicação; Subcomissão Permanente de Gestão de Riscos de Inteligência; e Subcomissão Permanente de Gestão de Riscos de Polícia Comunitária e Direitos Humanos.

O status de cada risco, sua evolução e efetividade dos controles serão reportados à Comissão Permanente de Gestão de Riscos (CPGR) e a Auditoria de Gestão de Riscos pelas Subcomissões Permanentes de Gestão de Riscos, após suas reuniões setoriais que ocorrem com frequência mínima bimestral.

Dentro da estrutura supracitada, a PMDF tem desenvolvido suas atividades de gestão de riscos. No trabalho piloto, iniciado em 2013 e finalizado em 2014 foram identificados e classificados 23 (vinte e três) riscos corporativos. Após a implantação do sistema explicado acima e a realizações das reuniões das comissões e subcomissões de risco, estes são monitorados e mitigados, além do desenvolvimento de atividades para novas identificações de risco, seu monitoramento e tratamento.

5.1.2. Planejamento das Ações – avaliação dos estágios de implementação do planejamento estratégico e demonstração da vinculação deste com as competências constitucionais.

A Polícia Militar, por meio de seu Comando Geral, publicou a portaria PMDF nº 957, de 30 de janeiro de 2015, aprovando seu Plano de Metas com objetivo de desdobrar objetivos, estratégias e iniciativas estratégicas estabelecidas no Plano Estratégico da PMDF 2011-2022 e nos Planos Diretores elaborados no ano de 2013 em ações (metas) a serem implementadas no ano de 2015, bem como a continuidade das iniciadas nos anos anteriores.

Dentro da estrutura do Plano Estratégico institucional, dividido em Perspectivas, desdobradas em Objetivos, Estratégias e Iniciativas Estratégicas, as seguintes metas foram estabelecidas e cumpridas no ano de 2015:

Na PERSPECTIVA DA GESTÃO FINANCEIRA, dentro do OBJETIVO 1, que é ASSEGURAR OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NECESSÁRIOS, na Estratégia de REALIZAR A GESTÃO COMPLETA DO CICLO ORÇAMENTÁRIO, foi estabelecida e cumprida a Meta 1.1.b de DISSEMINAR OS CONCEITOS ESTABELECIDOS NA PORTARIA Nº 783/12

(NORMAS PARA ATIVIDADE DE ORÇAMENTO E FINANÇAS E COORDENADOR SETORIAL NA CORPORACÃO) E PORTARIA Nº 947/14 (PLANO INTERNO DE ORÇAMENTO DE 2015).

Por sua vez, na PERSPECTIVA DO APRENDIZADO E CRESCIMENTO, dentro dos objetivos e estratégias abaixo relacionados, foram estabelecidas e cumpridas as seguintes metas:

No OBJETIVO 3, de FORTALECER O DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, na Estratégia 3.1, de AMPLIAR A CAPACITAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES EM ATIVIDADES OPERACIONAIS, foram estabelecidas e cumpridas as metas de Meta 3.1.c: REALIZAR CURSO INTELIGÊNCIA POLICIAL; Meta 3.1.g: REALIZAR CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM POLICIAMENTO AMBIENTAL; Meta 3.1.i: REALIZAR CURSO TÁTICO OPERACIONAL - CTOP; Meta 3.1.l: REALIZAR CURSO DE FORMAÇÃO DE INSTRUTORES DE TIRO, ARMAMENTO E MUNIÇÃO; Meta 3.1.n: REALIZAR CURSO DE OPERAÇÕES DE CHOQUE; Meta 3.1.o: REALIZAR CURSO DE PATRULHAMENTO TÁTICO MÓVEL; Meta 3.1.p: REALIZAR CURSO DE PARAQUEDISMO POLICIAL; Meta 3.1.q: REALIZAR CURSO DE NEGOCIADOR; Meta 3.1.r: REALIZAR CURSO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS; Meta 3.1.s: REALIZAR CURSO DE CINOTECNIA; Meta 3.1.u: REALIZAR CURSO DE OPERAÇÕES POLICIAIS LACUSTRES e Meta 3.1.z: REALIZAR CURSO OPERACIONAL DE ROTAM – COR;

No mesmo Objetivo, mas na Estratégia 3.2, de AMPLIAR A CAPACITAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES EM GESTÃO ORGANIZACIONAL, foram estabelecidas e cumpridas a Meta 3.2.a: DAR CONTINUIDADE AO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE OFICIAIS E PRAÇAS NOS DIVERSOS CURSOS DE MBA e a Meta 3.2.b: DAR CONTINUIDADE AO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE OFICIAIS E PRAÇAS NOS DIVERSOS CURSOS NA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORÇAMENTO PÚBLICO;

Ainda nesse objetivo 3, mas na Estratégia 3.5, de DESENVOLVER A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA E CONDIÇÕES DE TRABALHO DO EFETIVO DA PMDF, foi estabelecida e cumprida a Meta: 3.5.b: CONCLUIR O CENTRO MÉDICO / HOSPITAL DA PMDF;

Por fim no objetivo 3, mas na Estratégia 3.6 de FOMENTAR O PROCESSO DE ENSINO DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO CONTINUADA, foram estabelecidas e cumpridas a Meta 3.6.a: DESENVOLVER PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE TREINAMENTO OPERACIONAL E DE TIRO POLICIAL; a Meta 3.6.d: REALIZAR CURSO DE ALTOS ESTUDOS - CAE; a Meta 3.6.e: REALIZAR CURSO APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS - CAO; a Meta 3.6.f: REALIZAR DOIS CURSOS DE ALTOS ESTUDOS PARA PRAÇAS – CAEP e a Meta 3.6.g: REALIZAR DOIS CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO DE PRAÇAS – CAP.

No OBJETIVO 7, de PROMOVER A MOTIVAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS, também na PERSPECTIVA DO APRENDIZADO E CRESCIMENTO, dentro da Estratégia 7.2, de IMPLEMENTAR A CONSTRUÇÃO DO COLÉGIO MILITAR TIRADENTES (CMT) PARA DEPENDENTES DE POLICIAIS MILITARES DO DF, foi estabelecida e cumprida a Meta 7.2.b: Contratar professores e profissionais de outras áreas para o desenvolvimento das atividades do CMT.

Na PERSPECTIVA DE PROCESSOS INTERNOS, dentro do OBJETIVO 9, de IMPLEMENTAR A GESTÃO ESTRATÉGICA, dentro da Estratégia 9.3, de DESENVOLVER PLANOS DE APOIO AO DESDOBRAMENTO ESTRATÉGICO, foram estabelecidas e cumpridas a Meta 9.3.a: IMPLANTAR O PLANO DIRETOR DE COMUNICAÇÃO E MARKETING; a Meta 9.3.b: IMPLANTAR O PLANO DIRETOR DE ENSINO; a Meta 9.3.c: IMPLANTAR O PLANO DIRETOR DE FINANÇAS; a Meta 9.3.d: IMPLANTAR O PLANO DIRETOR DE GESTÃO EM INTELIGÊNCIA; a Meta 9.3.e: IMPLANTAR O PLANO DIRETOR DE GESTÃO DA QUALIDADE; a Meta 9.3.f: IMPLANTAR O PLANO DIRETOR DE LOGÍSTICA; a Meta 9.3.g: IMPLANTAR O PLANO DIRETOR OPERACIONAL; a Meta 9.3.h: IMPLANTAR O PLANO DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS; a Meta 9.3.i: IMPLANTAR O PLANO DIRETOR DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA AO PESSOAL; a Meta 9.3.j: IMPLANTAR O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO; a Meta 9.3.k: IMPLANTAR O PLANO DE RISCO DA PMDF e a Meta 9.3.a: CONCLUIR A REVISÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DA PMDF.

Nessa mesma perspectiva, no OBJETIVO 10, de GARANTIR AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS À TOMADA DE DECISÃO, dentro da Estratégia 10.3, de DOTAR A ATIVIDADE OPERACIONAL DE INFORMAÇÕES A MELHORIA DO SEU DESEMPENHO foi estabelecida e cumprida a Meta 10.3.b: IMPLEMENTAR A UTILIZAÇÃO DO SISTEMA GÊNESIS PARA O REGISTRO DE OCORRÊNCIAS, enquanto na Estratégia 10.4, de DOTAR A CORPORAÇÃO DE INFORMAÇÕES E SISTEMAS DE SUPORTE À TOMADA DE DECISÃO E AOS PROCESSOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, foi estabelecida e cumprida a Meta 10.4.a DESENVOLVER O SISTEMA DE GESTÃO DE RISCOS DA PMDF;

No OBJETIVO 11, de FOMENTAR AS DE APROXIMAÇÃO COM A POPULAÇÃO DO DF, em sua Estratégia 11.2, que é DESENVOLVER E AMPLIAR INICIATIVAS DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO, foi estabelecida e cumprida a Meta 11.2.b: AMPLIAR O ATENDIMENTO À COMUNIDADE ATRAVÉS DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELO CENTRO DE POLÍCIA COMUNITÁRIA E DIREITOS HUMANOS DA PMDF.

Por fim, no OBJETIVO 12, de OTIMIZAR O POLICIAMENTO OSTENSIVO E PREVENTIVO, em sua Estratégia 13.2, de DESENVOLVER A ATIVIDADE DE AVIAÇÃO OPERACIONAL, foi estabelecida e cumprida a Meta 13.2.a: CONCLUIR A CONSTRUÇÃO DO BATALHÃO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL - BAVOP.

5.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados.

5.2.1. PPA 2012-2015 GDF/ Programas temáticos

A corporação não é responsável por nenhum Programa temático previsto no PPA 2012/2015, do Governo Federal. Apenas por conta da Criação do Fundo Constitucional do Distrito Federal, criado por meio da Lei nº 10.633/2002, com o fim executar o orçamento dentro do Programa 28.845.0903 - Operação Especial Transferência Constitucional Obrigatória, está inserida dentro de um fundo meramente Contábil, apenas para transferência de recurso. Contudo, a Corporação é responsável por programa temático dentro do PPA 2012/2015 do Governo do Distrito Federal. Assim, no início do exercício financeiro de 2016, a Polícia Militar do Distrito Federal já avaliou e informou ao Planejamento do GDF (através do Sistema SIGGO), seu desempenho por meio de indicadores de desempenho direcionado ao processo finalístico da Corporação, referente ao exercício financeiro de 2015. Salienta-se que a elaboração do PPA da Polícia Militar do DF dentro do GDF, baseou-se no Plano Estratégico da Corporação, por fim cumpre-nos acrescentar, que em abril de 2016, seguindo orientação da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Governo do Distrito Federal, elaboraremos o relatório de avaliação do último exercício financeiro do PPA 2012/2015, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015.

5.2.2. Fatores Intervenientes

A execução físico-financeira do orçamento de 2015, da Corporação sofreu interveniência de vários fatores principalmente externos. Dada a insuficiência orçamentária do GDF para honrar seus compromissos, sobretudo no que tange as despesas de pessoal. Assim já no começo do exercício o orçamento de investimento da Corporação foi contingenciado em 100% (cem por cento), sendo liberado dos R\$ 55.500.000,00 (cinquenta e cinco) milhões, apenas R\$ 32.000.000,00 (trinta e dois) milhões, valendo salientar que deste valor R\$ 20.000.000,00 (vinte) milhões foram liberados apenas em dezembro de 2015, o que comprometeu toda a sua execução e os investimentos da Corporação, inclusive grande parte deste recurso, foi inscrito como Restos a Pagar Não Processados (RPNP), o que impacta diretamente a execução de 2016. Cumpre-nos informar ainda que da proposta orçamentária da Corporação enviada a SUTES/GDF para ser enviada a SOF, via SIOP, para o exercício em análise, tivemos um corte no seu nascedouro de R\$ 721.000.000,00 (setecentos e vinte e um) milhões o que trouxe sérias consequências danosas a gestão da Corporação, principalmente nas despesas de pessoal, custeio da assistência médica e custeio dos serviços continuados.

Com esses cortes na proposta, a PMDF teve que abrir mão de seu investimento para honrar as despesas correntes, pois serviços essenciais da Corporação estavam quase sendo paralisados, sendo que a parte da assistência médica foi afetada com paralisação de alguns serviços essenciais a saúde da família policial militar. Vale aqui alertar que a falta de recursos, por falta de atendimento a proposta da Corporação é recorrente, exercício após exercício, isto vem afetando toda a gestão da Corporação fazendo com que investimento essenciais de equipamentos e comunicação não sejam realizados por falta de recurso, o que traz sérios prejuízos ao processo finalístico da Corporação. Mais a mais, nunca é demais lembrar que o órgão de controle externo RECOMENDA aos órgãos que realize a gestão de seu orçamento de forma que a execução da despesa fique distribuída equitativamente durante o exercício financeiro, porém a PMDF devido ao bloqueio de seu orçamento pela setorial de orçamento, pois o FCDF não pode ser contingenciado, não consegue realizar sua execução da forma recomendada. Sendo assim, necessário se faz que o orçamento dos órgãos não sofra tanta ingerência para que não fique prejudicada a recomendação do órgão de controle externo.

5.3. Informações sobre outros resultados gerados pela gestão.

5.3.1. Estrutura Operacional – desempenho Operacional

Para melhor planejar, organizar e coordenar a aplicação do policiamento ostensivo, visando atender os anseios da população, dando maior mobilidade, flexibilidade e redimensionando a distribuição do efetivo na área do Distrito Federal, a PMDF encontra-se em processo de ajustamento interno e otimização de seus processos, a fim de se adequar a sua nova estrutura proposta pelos dispositivos constantes na Lei Federal nº 12.086, de 06 de novembro de 2009, posteriormente regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.165, de 29 de Abril de 2010 e pelo Decreto Distrital nº 31.793, de 11 de Junho de 2010.

Com o advento dos citados mandamentos legais, criou-se o Departamento Operacional (DOP), Órgão de Direção Geral, sendo este responsável pelo policiamento ostensivo na área do Distrito Federal, competindo-lhe ainda a realização do planejamento, coordenação, fiscalização e controle dos cinco comandos de policiamento a ele diretamente subordinados.

Ao DOP subordinam-se os seguintes órgãos de direção setorial operacional, os quais constituem-se nos grandes comandos responsáveis pelo policiamento nas respectivas regiões de responsabilidade, definidas no plano de articulação da Corporação:

- I. Comando de Policiamento Regional Metropolitano (CPRM);
- II. Comando de Policiamento Regional Oeste (CPRO);
- III. Comando de Policiamento Regional Leste (CPRL);
- IV. Comando de Policiamento Regional Sul (CPRS); e
- V. Comando de Missões Especiais (CME).

Subordinam-se ao Comando de Policiamento Regional Metropolitano (CPRM) as seguintes Unidades de Execução, com sua área de atuação por Região Administrativa (RA):

- I. 1º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento na Asa Sul (RA-I);
- II. 3º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento na Asa Norte (RA-I);
- III. 4º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento no Guará (RA-X), no SIA (RA-XXIX), no SCIA/Cidade Estrutural/Cidade do Automóvel (RA-XXV);
- IV. 5º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento no Lago Sul (RA-XVI), bem como prestar segurança e assistência às missões diplomáticas, repartições consulares e organismos internacionais sediados no Distrito Federal;
- V. 6º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento na Área Central de Brasília (Esplanada / RA-I);
- VI. 7º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento no Cruzeiro (RA-XI) e Sudoeste/Octogonal (RA-XXII).

Subordinam-se ao Comando de Policiamento Regional Oeste (CPRO) as seguintes Unidades de Execução, com sua área de atuação por Região Administrativa (RA):

- I. 2º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento em Taguatinga (RA-III);
-

- II. 8º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento em Ceilândia (RA-IX);
- III. 11º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento em Samambaia (RA-XII);
- IV. 16º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento em Brazlândia (RA-IV);
- V. 17º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento em Águas Claras (RA-XX) e em Vicente Pires (RA-XXX).

Subordinam-se ao Comando de Policiamento Regional Leste (CPRL) as seguintes Unidades de Execução, com sua área de atuação por Região Administrativa (RA):

- I. 13º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento em Sobradinho (RA-V) e em Sobradinho II (RA-XXVI);
- II. 14º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento em Planaltina (RA-VI);
- III. 19º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento ostensivo de guarda na área externa do Complexo Penitenciário de Brasília;
- IV. 20º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento em Paranoá (RA-VII) e em Itapoã (RA-XXVIII);
- V. 21º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento em São Sebastião (RA-XIV);
- VI. 24º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento no Lago Norte (RA XVIII) e no Varjão (RA-XXIII).

Subordinam-se ao Comando de Policiamento Regional Sul (CPRS) as seguintes Unidades de Execução, com sua área de atuação por Região Administrativa (RA):

- I. 9º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento no Gama (RA-II);
- II. 25º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento no ParkWay (RA-XIV), em Candangolândia (RA-XIX) e no Núcleo Bandeirante (RA-VIII);
- III. 26º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento em Santa Maria (RA-XIII);
- IV. 27º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento em Recanto das Emas (RA-XV);
- V. 28º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento no Riacho Fundo I (RA-XVII) e no Riacho Fundo II (RA-XXI).

Subordinam-se ao Comando de Missões Especiais (CME) as seguintes unidades de missões especiais:

- I. Batalhão de Operações Especiais (BOPE) – Atividades policiais e de segurança pública complexas que requeiram um alto grau de especialização em todo o Distrito Federal;
 - II. Batalhão de Policiamento com Cães (BPCães) – Policiamento especializado com cães em todo o Distrito Federal;
 - III. Batalhão de Policiamento de Choque (BPChoque) – Policiamento especializado, como força de pronto emprego e de dissuasão para as situações de controle de distúrbios em todo o Distrito Federal;
 - IV. Batalhão de Aviação Operacional (BAVOp) – Policiamento aéreo em todo o Distrito Federal;
 - V. Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA) – Policiamento ambiental em todo o Distrito Federal;
 - VI. Regimento de Polícia Montada (RPMon) – Policiamento montado em todo o Distrito Federal;
 - VII. 12º Batalhão de Polícia Militar – Policiamento junto ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, ao Tribunal Regional Eleitoral e ao Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios;
 - VIII. 1º Batalhão de Policiamento Escolar – Policiamento escolar em todo o Distrito Federal;
 - IX. 1º Batalhão de Policiamento de Trânsito (BPTran) - Policiamento de trânsito urbano nas Regiões Administrativas de Brasília (RA-I), Lago Sul (RA XVI), Lago Norte (RA XVIII), Cruzeiro (RA-XI) e Sudoeste/Octogonal (RA-XXII);
-

- X. 3º Batalhão de Policiamento de Trânsito (BPRv) - Policiamento de trânsito rodoviário em todo o Distrito Federal.

Cabe citar ainda que atualmente está em funcionamento o 1º Batalhão de Patrulhamento Tático Motorizado (1º Batalhão de RoTaM) - responsável pela execução do policiamento tático motorizado em todo o Distrito Federal. Esta Unidade Policial Militar está vinculada diretamente ao Departamento Operacional da Corporação.

Algumas Unidades Policiais Militares criadas nos dispositivos legais ainda não foram implementadas, pois entrarão em atividade de acordo com as orientações estratégicas da Corporação.

Visando dar suporte, e o necessário apoio logístico, ao emprego da atividade operacional, a Corporação dispõe de diversas unidades administrativas responsáveis pelo planejamento e execução de atividades nas áreas de educação, orçamentária financeira, de pessoal, tecnológica e de saúde.

Os policiais militares lotados nessas unidades, além de trabalharem administrativamente, em caso de necessidade, de emergência ou também voluntariamente, reforçam as demais Unidades no policiamento ostensivo, aumentando o efetivo empregado na atividade fim.

Essas unidades estão vinculadas ao Comando Geral da Polícia Militar do Distrito Federal e estão distribuídas com a seguinte estrutura:

- I - Gabinete do Comando Geral.
- II - Secretaria Geral;
- III - Centro de Inteligência;
- IV - Centro de Policiamento Comunitário e Direitos Humanos;
- V - Centro de Comunicação Social;
- VI - Estado Maior: ao Estado Maior subordinam-se 10 (dez) Seções Estratégicas;
- VII - Departamento de Gestão de Pessoal;
- VIII - Departamento de Logística e Finanças;
- IX - Departamento de Educação e Cultura;
- X - Departamento de Saúde Assistência ao Pessoal;
- XI - Departamento de Controle e Correição.

5.4. IDENTIFICAÇÃO DOS RESULTADOS DOS INDICADORES

A Corporação, tem se esforçado para pôr em prática seu Plano Estratégico, desta forma em 2012 foi criado o Escritório de Projetos com o intuito de Gerenciar os Projetos Institucionais. Aliado a este fato, houve a aquisição do Sistema TI, direcionado ao controle e Gerenciamento destes projetos. A melhoria dos processos de gestão institucional continua em pleno desenvolvimento. Neste contexto são fatores críticos de sucesso o alcance dos objetivos previamente definidos:

- O estabelecimento de parcerias estratégicas com os diversos segmentos públicos e privados;
- A definição de políticas públicas de integração entre os diversos órgãos do setor de Segurança Pública;
- A destinação orçamentária compatível com o atendimento das demandas;
- A disponibilidade de recursos humanos em quantidade adequada, capacitados, motivados e disciplinados;
- A dotação de recursos logísticos adequados;
- A existência de infraestrutura de informações, tecnologias e inteligência.

5.4.1. Indicadores de Desempenho Direcionados para o Processo Finalístico da Corporação

Foi definido para o quadriênio 2012-2015, cinco indicadores de desempenho direcionados para o Processo Finalístico da Corporação. Estes indicadores estão no PPA 2012/2015, do Governo do Distrito Federal, e foram objeto de avaliação quando da apresentação do Relatório de Atividades do Governo do Distrito Federal que diz respeito a prestação de Contas dos recursos do Tesouro do GDF, e são os a seguir descritos:

- Efetivo diário empregado no Policiamento Ostensivo, em 2015 ficou em 3.319 Policiais Militares na atividade fim portanto, abaixo da meta desejada.
- Número de Viaturas em condições de atendimento/Patrolhamento, em 2015 foi além da meta indicada que é de 510 ficando em 953 viaturas em condições de atendimento a sociedade.
- Número de reuniões comunitárias com a Participação da PMDF, em 2015 alcançamos a meta desejada.
- Número de palestras desenvolvidas por Policiais Militares, em 2015 alcançamos meta desejada.
- Tempo resposta no atendimento 190, em 2015 fomos além nossa meta era de 10,5 minutos e chegamos a 8,5 minutos.

Ao realizarmos a análise dos indicadores acima novamente, em janeiro de 2016, referente ao exercício de 2015, constatamos que não foi Alcançado a meta desejada no efetivo diário empregado na atividade fim, isto notadamente deve-se a falta de efetivo de Policiais Militares, além disto os indicadores direcionados para a prevenção primária, que o número de reuniões comunitárias com a participação da Polícia Militar e o número de palestras desenvolvidas por Policiais Militares Comunitários, tiveram suas metas alcançadas. O tempo resposta que diz respeito ao tempo em que a Corporação leva para chegar em um local de cometimento de infração penal, ficou 8,5 minutos nossa meta era de 10,5 minutos.

5.4.2. Indicadores Operacionais

- **Indicadores Operacionais: Atividade operacional da Unidade Operacionais e seus resultados.**

O Sistema de indicadores de desempenho atual da PMDF é constituído basicamente por indicadores de produtividade. Que são os dados relacionados com a produtividade policial, Esses indicadores são essenciais, mas não fornecem uma visão precisa e correta do impacto da corporação sobre o fenômeno criminal. Evidentemente, o que se requer da Polícia Militar é a prevenção, sua missão precípua. Entretanto, a ausência de qualquer indicador de desempenho de prevenção criminal em alto nível de gestão policial é ampla e mundialmente reconhecida. Os problemas na elaboração desses indicadores têm sido observados periodicamente por pelo menos duas décadas. Estes incluem dificuldades em medir a ausência de eventos (crimes), motivo pelo qual esses indicadores não devem ser vistos sob a ótica restrita do atingimento de metas.

Encontra-se em fase de estudo a implantação de um novo sistema de indicadores de desempenho operacional para a Polícia Militar do Distrito Federal de acordo com modelos em funcionamento na Inglaterra, no País de Gales dentre outros. Esse novo Sistema tem como dimensões: Foco no cidadão, uso dos recursos, redução do crime e promoção da segurança.

Para apresentar o desempenho operacional da Corporação, referente ao ano de 2015, buscou-se dados nos arquivos da divisão de Análise Criminal do Centro de Inteligência, da Seção de Estatística do DOp, do Sistema de Geral de Ocorrências e nos relatórios gerados nos Comandos Regionais: (Estes por período). Tais informações constantes no presente relatório serão um dos fatores delineadores para a Gestão Operacional.

Cabe ressaltar que a coleta dos dados constantes do Sistema Geral de Ocorrência é de responsabilidade da Secretaria de Estado de Segurança Pública do DF (SSP/DF), não estando sob a Gerência e, conseqüentemente da PMDF.

Outro ponto a se considerar é que em decorrência de uso de técnicas de Análise Criminal que têm sido implantadas pela PMDF, após lançamento do seu Plano Estratégico, vários números de produtividade de Atendimento ao público estão sendo revistos, mediante nova metodologia de sistematização e análise de dados.

Os dados referentes às atividades operacionais desenvolvidas pela PMDF no atendimento emergencial, por meio de viaturas, com acionamento pela Central Integrada de Atendimento e Despacho, CIADE, através do telefone 190, são as seguintes:

➤ **Solicitação para atendimento emergencial de ocorrência pela PMDF**

No ano de 2015, o quantitativo de solicitações para atendimento emergencial de ocorrências pela PMDF – 190, via acionamento CIADE/SSP-DF, foi o seguinte:

Quadro A.5.4.2 Solicitação de atendimentos emergenciais.

MÊS		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA ANUAL	MÉDIA MENSAL	MÉDIA DIÁRIA
2014	Ocorrências Solicitadas (1)	32468	29529	32314	32068	34716	33118	28197	29729	27786	29211	29121	24415	251867	20989	700
	Oc. Canceladas Por Falta de viatura (2)	2922	2416	2230	2115	2670	2822	2328	2214	2142	2666	2259	1960	1310	109	4
	Percentual De (2)/(1)	0,3%	0,3%	0,5%	0,5%	0,5%	0,4%	0,6%	0,6%	0,5%	0,8%	0,8%	0,7%	0,5%	0,5%	0,5%
2015	MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA ANUAL	MÉDIA MENSAL	MÉDIA DIÁRIA
	Ocorrências Solicitadas (1)	21980	23701	30522	30369	29856	27926	26238	28584	27864	29584	23779	23663	298243	24854	828
	Oc. Canceladas Por Falta de viatura (2)	1708	1626	1805	2210	2027	1874	1882	1287	1292	1769	1122	930	2416	201	7
	Percentual De (2)/(1)	0,5%	0,5%	0,5%	0,7%	0,80%	0,9%	0,8%	0,9%	1,0%	0,9%	1,0%	1,1%	0,8%	0,8%	0,8%

No decorrer do ano de 2015, via CIADE, foram solicitadas **324.066** ocorrências a serem atendidas pela PMDF tais dados são catalogados mediante registro das solicitações de ações policiais, por meio de ligações telefônicas no número 190, após o término da ocorrência é consolidado o registro dos dados no Sistema de Gestão de Ocorrência na CIADE/SSP-DF.

No Quadro acima, comparando-se o total anual de ocorrências demandadas (solicitadas) para a PMDF do ano de 2014 com as do ano de 2015, observa-se o aumento de 18,41%.

Na Abaixo- Comparativo das naturezas registradas, via CIADE/SSP-DF, em ocorrências direcionadas para atendimento pela PMDF:

Quadro B.5.4.2 Comparativo das naturezas registradas via CIADE/SSP-DF direcionadas a PMDF.

Naturezas Registradas	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA ANUAL	MÉDIA MENSAL	MÉDIA DIÁRIA
2014	32468	29529	32314	32068	34716	33118	28197	29729	27786	27786	29211	29121	24415	30222	1082	68
2015	21980	23701	30522	30369	29856	27926	26238	28584	27864	27864	29584	23779	23663	27005	732	89
%	14,00%	12,45%	10,58%	10,55%	11,62%	12,62%	10,74%	10,40%	9,97%	9,97%	9,87%	12,24%	10,31%	11,19%	14,78%	7,64%

No Quadro acima, comparando-se o total anual de ocorrências demandadas (solicitadas) para a PMDF do ano de 2014 com as do ano de 2015, observa-se um aumento de 30,4%.

Tendo por base as naturezas registradas, nota-se um padrão semelhante ao apresentado pelas ocorrências solicitadas. Na tabela acima, comparando o total anual de Naturezas registradas do ano de 2014 com as do ano de 2015, observa-se um aumento de 30,4%, de ocorrências registrados na demanda de ocorrências para a PMDF, ocorrências solicitadas.

Ao comparar os valores absolutos de ocorrências solicitadas e naturezas registradas, verifica-se uma diferença considerável. Isto ocorre porque no Banco de Dados cada ocorrência pode comportar mais de uma natureza (criminais e / ou administrativas).

Abaixo são apresentadas as ocorrências atendidas pela PMDF de acordo com as regiões de comando de policiamento que correspondem às Áreas Integradas de Segurança Pública – AISP(s) do Programa Ação pela Vida em todos os Comandos de Policiamento Regional foi verificada um aumento significativo na quantidade de ocorrências , conforme pode-se verificar na tabela abaixo:

Quadro C.5.4.2 Comparativo geral de ocorrências atendidas por Comando Regional

Comando Regional	CPRM	CPRO	CPRL	CPRS	CME
2014	47713	74601	40611	34899	3312
2015	39503	66431	33949	31010	2908
%	12,00%	11,20%	11,96%	11,25%	11,38%

5.4.3. Produtividade Policial

A produtividade policial da PMDF referente às apreensões de arma de fogo, veículos localizados e condução de criminosos às Delegacias pelas ocorrências envolvendo drogas no ano de 2013, estão apresentadas nas tabelas a seguir e serve para nortear a atividade policial, porém, conforme já explanado anteriormente não podem ser vistas exclusivamente como cumprimento de metas, já que há uma série de fatores que podem contribuir com o aumento e/ ou redução ou não desta chamada produtividade.

➤ Comparativo de produtividade policial anual 2014/ 2015 (Dados Gerais)

Levando-se em consideração o Comparativo dos dados gerais relativos aos de 2015 e 2014, pode-se observar que houve as seguintes conclusões:

- Houve aumento de 522 ocorrências de Tráfico de Drogas, sendo a variação percentual de 6,51%;
- Houve o aumento de 2748 ocorrências de uso e porte de Drogas e variação percentual de 45,11%;
- Houve o aumento 290 ocorrências de posse e porte de Arma e variação percentual de 8,18%;
- Houve o aumento de 272 ocorrências de Localização de Veículos roubados e furtados e variação percentual de 8,75%.

Quadro A.5.4.3 Comparativo de produtividade policial anual

NATUREZA	TOTAL		VARIAÇÃO
	2014	2015	(%)
TRÁFICO DE DROGAS	977	1499	6,51%
USO E PORTE DE DROGAS	2259	5007	45,11%
POSSE E PORTE DE ARMA	1312	1602	8,18%
LOCALIZAÇÃO DE VEÍCULO	1920	2192	8,75%
TOTAL DA AÇÃO POLICIAL	6468	10300	62,79%

➤ **Comparativo mensal de produtividade -1º Semestre de 2015.**

Objetivando especificar a produtividade policial durante os anos de 2014 e 2015, foi explicitado no quadro abaixo o Comparativo mensal no período de Janeiro a Junho, entre os anos de 2012 e 2013:

Quadro B.5.4.3 - Comparativo mensal durante o 1º Semestre dos anos de 2012 e 2013

COMPARATIVO SEMESTRAL- 1º SEMESTRE 2012/2013												
NATUREZA	JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO		ABRIL		MAIO		JUNHO	
TRÁFICO DE DROGAS	20	111	26	117	80	127	76	134	103	139	87	149
USO E PORTE DE DROGAS	41	305	76	362	268	425	368	380	478	430	522	481
POSSE E PORTE DE ARMA	60	133	79	128	162	138	126	135	138	274	127	127
LOCALIZAÇÃO DE VEÍCULO	139	166	157	117	178	171	221	189	195	193	158	175
TOTAL DA AÇÃO POLICIAL	260	715	338	724	688	861	791	838	914	1036	894	932

Fonte: SSP/DF

No quadro abaixo, temos o Comparativo mensal no período de Julho a Dezembro entre os anos de 2012 e 2013:

Quadro C.5.4.3 - Comparativo mensal durante o 2º Semestre dos anos de 2012 e 2013

COMPARATIVO SEMESTRAL- 2º SEMESTRE 2012/2013												
NATUREZA	JULHO		AGOSTO		SETEMBRO		OUTUBRO		NOVEMBRO		DEZEMBRO	
TRÁFICO DE DROGAS	86	131	88	126	93	106	114	137	91	112	113	110
USO E PORTE DE DROGAS	171	444	202	486	295	429	285	452	270	397	237	416
POSSE E PORTE DE ARMA	104	118	99	144	80	161	97	147	120	110	125	122
LOCALIZAÇÃO DE VEÍCULO	133	155	180	168	121	212	158	214	153	219	127	213
TOTAL DA AÇÃO POLICIAL	494	848	569	924	589	908	654	950	634	838	602	861

Fonte: SSP/DF

5.4.4. Armas apreendidas

No ano de 2015, houve um aumento de Armas Apreendidas pela PMDF, comparando-se com o mesmo período em 2014. Foram apreendidas 1602 armas de fogo, sendo que em 2014 foram apreendidas 1312. Havendo uma aumento de 0,81%.

5.4.5. Veículos localizados pela PMDF

No ano de 2015, foram registrados **2192** veículos localizados, refletindo em um aumento de 0,87% em relação ao período anterior, ano de 2014, período no qual **1920** veículos foram localizados.

Convém salientar, novamente que tal informação é oriunda da consulta aos dados constantes em Planilha da Secretaria de Segurança Pública do DF.

Quadro A.5.4.5 - Comparativo de veículos localizados pela PMDF

NATUREZA	TOTAL		VARIAÇÃO
	2014	2015	(%)
LOCALIZAÇÃO DE VEÍCULO	1920	2192	8,75%

5.4.6. Ocorrências envolvendo drogas

Após o atendimento destas solicitações a PMDF registrou a Seguintes quantidades de Natureza final envolvendo drogas.

Quadro A.5.4.6 - Comparativo de veículos localizados pela PMDF

NATUREZA	TOTAL		VARIAÇÃO
	2014	2015	(%)
USO E PORTE DE DROGAS	2259	5007	45,10%

Fatores como a diminuição das denúncias/ solicitações de atendimento no sistema 190 e a quantidade de intensificações do policiamento através das operações policiais realizadas, melhorando a atuação preventiva da corporação, precisam ser considerados ao se analisar tal diminuição de naturezas registradas.

No ano de 2015, foram registradas 5007 ocorrência envolvendo drogas, registrando aumento de 45,1% em relação ao período anterior ano de 2014, que foram 2259 conforme análise do SGO /190.

5.4.7. Média Diária de efetivo operacional.

Da média diária de efetivo operacional diário de meios disponíveis na corporação, foram extraídos os seguintes dados referentes ao ano de 2013.

Fonte- Mapa de Meios Operacionais da Corporação

Quadro A.5.4.7 – Média diária de efetivo operacional

Modalidade de Policiamento	Média Diária de Efetivo	Média Diária de Viaturas
Policiamento a pé	492	110
Policiamento Montado	50	04
Policiamento Velado	92	37
Postos Policiais	462	591
TOTAL	1096	742

5.4.8. Principais Operações desenvolvidas no ano de 2015.

No ano de 2015, a PMDF desencadeou várias operações, por meio de ordens de serviço de responsabilidade do Departamento Operacional da PMDF, objetivando reduzir de maneira eficaz a ação delituosa de criminosos no Distrito Federal por meio da ação preventiva e repressiva ao tráfico de Drogas , Porte ilegal de Drogas , Explosivos , armas e munições, e ainda há outros tipos penais correlacionados com furto, roubo, extorsão e homicídios.

Todas as operações têm como destinatários os Comandos Regionais de Policiamento que por sua vez dão prosseguimento para a aplicabilidade e eficácia das operações abaixo elencadas. Vale Salientar que os Comandos Regionais de Policiamento estão divididos em Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), em concordância com o Programa Ação pela Vida do Distrito Federal.

Quadro A.5.4.8 – principais operações desenvolvidas em 2015.

CPRL
OPERAÇÃO TRANSPORTE COLETIVO
OPERAÇÃO PREVENÇÃO A EXPLOSÃO DE CAIXAS ELETRÔNICOS
OPERAÇÃO TÁTICO REGIONAL
OPERAÇÃO SEM SAÍDA
OPERAÇÃO RODOVIÁRIA SEGURA
OPERAÇÃO COMÉRCIO SEGURO
OPERAÇÃO RESIDÊNCIA SEGURA
OPERAÇÃO SEGURANÇA TOTAL
OPERAÇÃO CONTROLE
OPERAÇÃO SOBRADINHO SEGURO
OPERAÇÃO VOLTA ÀS AULAS
OPERAÇÃO RIC
OPERAÇÃO VISIBILIDADE
OPERAÇÃO CERCO TOTAL
OPERAÇÃO ROUBO ZERO
OPERAÇÃO DENOC'S SEGURO
OPERAÇÃO DESARMAMENTO
OPERAÇÃO SERRANA
OPERAÇÃO COMANDO TÁTICO REGIONAL
OPERAÇÃO ASFIXIA
OPERAÇÃO PONTOS DE VISIBILIDADE
OPERAÇÃO COM O BPCÃES
OPERAÇÃO MOTO TOTAL
OPERAÇÃO TORNADO
OPERAÇÃO SOBRADINHO II SEGURO
OPERAÇÃO KRATUS
OPERAÇÃO PÁScoa SEGURA
OPERAÇÃO TERRA NOSTRA
OPERAÇÃO GRANDE COLORADO SEGURO
OPERAÇÃO BR-020
OPERAÇÃO RETOMADA DA FERCAL
OPERAÇÃO ARARA E VAGALUME
OPERAÇÃO COMANDO INTINERANTE

OPERAÇÃO DOZE DE MAIO
OPERAÇÃO NOVOS TEMPOS
OPERAÇÃO RETOMADA DA FERCAL II
OPERAÇÃO SERENO
OPERAÇÃO ROSÁCEA II
OPERAÇÃO ADE SEGURA
OPERAÇÃO KRATUS II
OPERAÇÃO NAS RUAS
OPERAÇÃO NOVA PETRÓPOLIS E ARROZAL
OPERAÇÃO DESARMAMENTO GTO 33
OPERAÇÃO CRIMINALIDADE ZERO
OPERAÇÃO ROUBO ZERO A POSTOS DE COMBUSTÍVEIS
OPERAÇÃO CASH
OPERAÇÃO NOVA COLINA SEGURA
OPERAÇÃO SOBRADINHO EM SEGURANÇA
OPERAÇÃO LAR SEGURO
OPERAÇÃO CONDOMÍNIO SEGURO
OPERAÇÃO NOVO ORIENTE
OPERAÇÃO TRANSPORTE COLETIVO
OPERAÇÃO BOUGANVILLE
OPERAÇÃO CAVALO DE AÇO
OPERAÇÃO SETOR DE MANSÕES SEGURO
OPERAÇÃO ASFIXIA
OPERAÇÃO LOTÉRICAS SEGURAS
OPERAÇÃO PONTOS SEGUROS
OPERAÇÃO GUARDIÃ I
OPERAÇÃO GUARDIÃ II
OPERAÇÃO GUARDIÃ III
OPERAÇÃO VISIBILIDADE
OPERAÇÃO ABORDAGEM TOTAL, COMBATE A ROUBO E FURTO DE VEÍCULOS
OPERAÇÃO RIC
OPERAÇÃO CONTROLE II
OPERAÇÃO BARES DA MODA
OPERAÇÃO VOLTA AS AULAS
OPERAÇÃO PONTOS DE BLOQUEIO
OPERAÇÃO SATURAÇÃO
OPERAÇÃO NIRVANA
OPERAÇÃO THANATOS
OPERAÇÃO REFORÇO
OPERAÇÃO SILÊNCIO
OPERAÇÃO COLETIVO
OPERAÇÃO TRANSPORTE CLANDESTINO
OPERAÇÃO DESOBSTRUÇÃO
OPERAÇÃO COMBATE AO USO IRREGULAR DO SOLO
OPERAÇÃO KRATUS CFP IV
OPERAÇÃO SEMANA SANTA

OPERAÇÃO CASH MACHINE
OPERAÇÃO POSSE RESIDENCIAL
OPERAÇÃO AÇÃO PELA VIDA
OPERAÇÃO ARCANJO
CPRM
OPERAÇÃO CARNAVAL - 2015
OPERAÇÃO MANIFESTAÇÃO 15 MAR 2015
OPERAÇÃO MANIFESTAÇÃO 12 ABR 2015
OPERAÇÃO 21 DE ABRIL
OPERAÇÃO MANIFESTAÇÃO 27 MAIO 2015
OPERAÇÃO CAESB
OPERAÇÃO MERCOSUL
MANIFESTAÇÃO PATRIOTICA JUNTOS PELO BRASIL
SETE DE SETEMBRO
MARCHA DAS MARGARIDAS
CIDADES SEGURAS
MANIFESTAÇÃO DO 7 DE SETEMBRO
MANIFESTAÇÃO 15 DE NOVEMBRO
CPRO
OPERAÇÃO PRAÇAS PÚBLICAS
OPERAÇÃO CERCO TOTAL
OPERAÇÃO ABORDAGEM TOTAL
OPERAÇÃO TRÁFICO DE DROGAS
INTENSIFICAÇÃO DE POLICIAMENTO
BASES COMUNITÁRIAS MÓVEIS
OPERAÇÕES PRAÇAS PÚBLICAS
OPERAÇÃO RIC
POLICIAMENTO GTM 37
INTENSIFICAÇÃO DE POLICIAMENTO NAS PROXIMIDADES DOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS
OPERAÇÃO LAR SEGURO
OPERAÇÃO BOAS FESTAS
OPERAÇÃO GÊNESIS
OPERAÇÃO HÉRCULES
OPERAÇÃO VISIBILIDADE
CPRS
OPERAÇÃO INTENSIFICAÇÃO DE POLICIAMENTO
OPERAÇÃO COMÉRCIO SEGURO
OPERAÇÃO MANHÃ TRANQUILA
OPERAÇÃO ÁREA SUL SEGURA
OPERAÇÃO PASSARELAS E PARADAS DE ÔNIBUS
OPERAÇÃO RIC
OPERAÇÃO VISIBILIDADE
OPERAÇÃO CERCO TOTAL
OPERAÇÃO SATURAÇÃO DE ÁREA
OPERAÇÃO COMBOIO
OPERAÇÃO ROSÁCEA

OPERAÇÃO FIRE BALL
OPERAÇÃO CIDADES SEGURAS
OPERAÇÃO COLETIVO SEGURO
OPERAÇÃO FIM DE ANO
OPERAÇÃO BRASIL INTEGRADO
CME
OPERAÇÃO MOSAICO
OPERAÇÃO FIM DE ANO
OPERAÇÃO VARREDURA
OPERAÇÃO VISIBILIDADE
OPERAÇÃO VOLTA AS AULAS
OPERAÇÃO COMANDO ESPECIAL
OPERAÇÃO CERCO TOTAL
OPERAÇÃO RIC
OPERAÇÃO SUFISA
OPERAÇÃO PARQUE
OPERAÇÃO IMPACTO
OPERAÇÃO COMANDO ESPECIAL NAS FRONTEIRAS
OPERAÇÃO COLETIVO
OPERAÇÃO BOUGANVILLE
MANIFESTAÇÕES NA ESPLANADA
OPERAÇÃO BRASIL INTEGRADO
OPERAÇÃO FISCALIZAÇÃO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA
OPERAÇÃO ALCOOL ZERO
OPERAÇÃO CARNAVAL
OPERAÇÃO FISCALIZAÇÃO CLS/CLN TAXISTAS
OPERAÇÃO COMANDO ESPECIAL II
OPERAÇÃO FINADOS
OPERAÇÃO COMANDO TRANSPORTE SEGURO
OPERAÇÃO INDEPENDENCIA
OPERAÇÃO CAÇADOR
OPERAÇÃO FERCAL II
OPERAÇÃO CAVALO DE AÇO
OPERAÇÃO DESARTICULAÇÃO DE TRANSPORTE IRREGULAR
OPERAÇÃO BARES DA MODA
OPERAÇÃO DESARTICULAÇÃO DE COMÉRCIO AMBULANTE IRREGULAR
OPERAÇÃO SATURAÇÃO

5.4.9. Elaboração e Cumprimento de Ordens de Serviço no âmbito da PMDF.

No ano de 2015 a PMDF, no âmbito dos Comandos Regionais de Policiamento, foram elaboradas 28.632 (vinte e oito mil e seiscentos e trinta e duas) Ordens de Serviços, havendo cumprimento por parte das Unidades Operacionais da PMDF. Neste Caso verifica-se também a aplicação setORIZADA dos recursos humanos e Materiais frente às demandas específicas na própria Unidade Operacional.

Quadro A.5.4.9 – ordens de serviço cumpridas em 2015.

CUMPRIMENTO DE ORDENS DE SERVIÇO		
CMDO	UPM	DESENCADEADAS E CUMPRIDAS PELAS (UPM)s
CMDO	DOP	
CME	1ºBPEsc	788
CME	1ºBPTran	4714
CME	12ºBPM	894
CME	BPMA	894
CME	19ºBPM	167
CME	BPRv	1793
CME	BPCães	642
CME	BAVOp	291
CME	BPChoque	653
CME	RPMont	514
CME	BOpE	221
CME	BPTM	721
CPRM	1ºBPM	1017
CPRM	3ºBPM	1559
CPRM	4ºBPM	799
CPRM	5ºBPM	990
CPRM	6ºBPM	680
CPRM	7ºBPM	389
CPRO	2ºBPM	676
CPRO	8ºBPM	675
CPRO	10ºBPM	675
CPRO	11ºBPM	675
CPRO	16ºBPM	675
CPRO	17ºBPM	675
CPRL	13ºBPM	1079
CPRL	14ºBPM	1222
CPRL	20ºBPM	613
CPRL	21ºBPM	688
CPRL	24ºBPM	622
CPRS	9ºBPM	587
CPRS	25ºBPM	537
CPRS	26ºBPM	542
CPRS	27ºBPM	466
CPRS	28ºBPM	499

5.4.10. Apoios prestados a Outros Órgãos

No ano de 2015, a PMDF realizou 4207 (quatro mil duzentos e sete) apoios a outros órgãos, conforme quadro a seguir:

Quadro A.5.4.10 – quantitativos de apoio a outros órgãos.

CMDO	UPM	QUANTIDADE
CME	1ºBP Esc	18
CME	1ºBP Tran	158
CME	12ºBPM	706
CME	19ºBPM	64
CME	BPMA	83
CME	BPRv	184
CME	BPCães	27
CME	BAVOp	40
CME	BPChoque	83
CME	RPMont	132
CME	B OpE	23
CME	BPTM	721
CPRM	Todas do CPRM	308
CPRO	Todas do CPRO	349
CPRM	1ºBPM	28
CPRM	3ºBPM	33
CPRM	4ºBPM	85
CPRM	5ºBPM	13
CPRM	6ºBPM	143
CPRM	7ºBPM	6
CPRL	Todas do CPRL	404
CPRS	Todas do CPRS	196
CPRL	13ºBPM	144
CPRL	14ºBPM	32
CPRL	20ºBPM	0
CPRL	21ºBPM	0
CPRL	24ºBPM	31
CPRS	9ºBPM	33
CPRS	25ºBPM	28
CPRS	26ºBPM	71
CPRS	27ºBPM	55
CPRS	28ºBPM	09

5.4.11. Policiamento Comunitário

O Plano Estratégico da PMDF 2011-2022 inaugurou uma nova instância de sistema de gestão administrativa. Esse sistema administrativo empreende iniciativas para readequar estruturas organizacionais, modelos de gestão, recursos humanos e materiais em prol da sociedade. Nesse contexto de inovação, a Estratégia institucional é definida na p. 38, *ipsis litteris*:

A PMDF, que tem como missão promover a segurança e o bem-estar social por meio da prevenção e repressão imediata da criminalidade e da violência, baseando-se nos direitos humanos e na participação comunitária, pretende chegar ao ano de 2022 sendo reconhecida como instituição policial moderna e de referência nacional na prevenção e na repressão imediata da criminalidade e da violência, pautada na defesa e respeito aos direitos humanos, na filosofia de policiamento comunitário, na análise criminal, no policiamento orientado a problemas e na qualidade profissional de seus integrantes. (grifo nosso).

Assim, indicadores e ações são estabelecidos a partir das iniciativas estratégicas (IE) com o intuito de cumprir objetivos advindos dos diagnósticos e das análises dos diversos cenários futuros. Isto é, conhecendo onde nos encontramos e onde queremos chegar.

São Iniciativas Estratégicas estabelecidas para a formação em Polícia Comunitária:

- ✓ Capacitar 700 (setecentos) policiais militares como multiplicadores de Polícia Comunitária até 2014;
- ✓ Capacitar 7.000 (sete mil) policiais militares como promotores de Polícia Comunitária até 2014;

São atividades desenvolvidas pelo Centro de Polícia Comunitária e Direitos Humanos- CPCDH da PMDF no ano de 2015.

a) Programa Educacional de Resistência às Drogas - PROERD

O Proerd é a adaptação brasileira do programa norte-americano *D.A.R.E. – Drug Abuse Resistance Education*, surgido em 1983, desenvolvido e aplicado pelo Departamento de Polícia e o Distrito Escolar Unificado da cidade de Los Angeles/EUA.

No Brasil o programa foi implantado em 1992 pela Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro, e hoje é adotado em todo o Brasil.

A Polícia Militar do Distrito Federal trabalha com o programa desde o ano de 1998 nas escolas da rede pública e particular de ensino do Distrito Federal e adota os três currículos:

1. Proerd para Educação Infantil e séries iniciais do ensino fundamental;
2. Proerd para 5º e 7º anos do ensino fundamental;
3. Proerd para pais e responsáveis.

É um programa pedagogicamente estruturado em lições e com uma linguagem acessível às faixas etárias a que se destina. Há uma variedade de atividades interativas que permitem o aprendizado cooperativo, ministradas obrigatoriamente por um policial militar fardado, que além da presença física em sala de aula como educador social, tem ainda a oportunidade de fortalecer o trinômio: Polícia Militar, Escola e Família. Dessa forma, propicia a formação de uma rede protetiva crescente contra as drogas (lícitas e ilícitas), e possibilita a conscientização sobre possibilidades saudáveis para os estudantes e familiares a lidarem com os diversos temas vivenciados na fase do desenvolvimento ora experimentado, no ano de 2013 foi aplicado conforme as informações contidas nos quadros abaixo elencados.

➤ **Currículo**

Atendimento para Educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental (1º ao 3º ano), de 5º a 7º anos:

Quadro A.5.4.11a – atendimentos para educação infantil prestados pelo PROERD

1º e 2º SEMESTRE		PÚBLICO
ESCOLAS PÚBLICAS ATENDIDAS	108	17.303
ESCOLAS PARTICULARES ATENDIDAS	66	
TOTAL DE ESCOLAS	174	
PALESTRAS	18	2.779
PREVENÇÃO E REPRESSÃO ÀS DROGAS PRD – CFP IV e CAEP	-	910
QUANTITATIVO DE ESPECTADORES	-	20.992

O PROERD atendeu no ano de 2015 um quantitativo de **20.992 (vinte mil, novecentos e noventa e duas)** pessoas.

b) Programa de Educação Ambiental Lobo Guará

As ações desenvolvidas pelo Programa de Educação Ambiental Lobo Guará no ano de 2015, foram desenvolvidas de duas formas, a saber:

- ✓ ***Teatro Lobo Guará:*** O Grupo de Teatro Lobo Guará, um dos currículos do Programa de Educação Ambiental Lobo Guará, desenvolve prioritariamente a apresentação de peça teatral para atender os alunos do Ensino Fundamental (crianças de 7 a 12 anos) de escolas públicas e particulares do Distrito Federal e, em excepcional, nos eventos sociais ou campanhas educativas. O foco dessa ação é a prevenção da prática de crimes ambientais onde aborda temas relacionados com tráfico de animais silvestre, contrabando e maus tratos de animais, caça e pesca predatória e queimadas, utilizando-se da prevenção primária por meio da conscientização e participação dos alunos e crianças na preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações.
- ✓ ***Curso de guardiões ambientais:*** O Curso de Guardiões Ambientais, segundo currículo do Programa, é desenvolvido aos alunos do 5º ano do ensino fundamental, com o intuito de proporcionar a prevenção aos crimes ambientais, bem como proporcionar atividades que levarão o aluno a pensar e criar novos desafios e novas experiências com a preservação e conservação do meio ambiente sustentável. O programa é desenvolvido em 13 horas aulas, sendo 09 horas aulas expositivas (englobando atividades extraclasse e diversificadas), 02 horas aulas práticas (passeio a uma área ecológica), 01 hora aula para a apresentação da Peça Teatral do Programa e 01 hora aula para a culminância da formatura do Curso. Durante o programa são abordados temas relacionados ao meio ambiente, biodiversidade, cadeia alimentar, fauna, flora, desmatamento e reflorestamento, tráfico de animais silvestres, crimes ambientais, importância da água, lixo, os 5 “R” (Repensar, Recusar, Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e mudança de atitude frente ao meio ambiente.

Quadro A.5.4.11b – atendimentos para educação ambiental Lobo Guará e Guardiões ambientais.

PRODUÇÃO ANUAL DO TEATRO LOBO GUARÁ	
ESCOLAS PÚBLICAS ATENDIDAS	66
ESCOLAS PARTICULARES ATENDIDAS	25
EVENTOS SOCIAIS ATENDIDOS	26
TOTAL DE APRESENTAÇÕES TEATRAIS	162
QUANTITATIVO DE ESPECTADORES	31.771
PRODUÇÃO ANUAL DO CURSO DE GUARDIÕES AMBIENTAIS	
ESCOLAS PÚBLICAS ATENDIDAS	14
ESCOLAS PARTICULARES ATENDIDAS	03
QUANTITATIVO DE TURMAS DO 3º ANO FUNDAMENTAL	01
QUANTITATIVO DE TURMAS DO 4º ANO FUNDAMENTAL	01
QUANTITATIVO DE TURMAS DO 5º ANO FUNDAMENTAL	56
QUANTITATIVO DE TURMAS DO 6º ANO FUNDAMENTAL	01
QUANTITATIVO DE ALUNOS FORMADOS	1.277

O Programa Ambiental Logo Guará atendeu no ano de 2015 um quantitativo de 33.048 (trinta e três mil e quarenta e oito) pessoas.

c) Grupo de Prevenção e Educação para o Trânsito – Teatro Rodovia

Ações desenvolvidas pelo Grupo de Prevenção e Educação para o Trânsito (Teatro Rodovia) durante o ano de 2015, o qual desenvolve o projeto educativo de trânsito através de espetáculo teatral nas Escolas Públicas e Particulares do Distrito Federal para os alunos do 1º ao 5º Ano do ensino fundamental e em eventos sociais, além de apresentação do teatro de rua em campanhas educativas com uso de personagens alusivos aos temas relacionados ao trânsito (cinto de segurança, uso correto da cadeirinhas, faixa de pedestres, uso correto da via, uso do aparelho celular, entre outros), tendo como público alvo pedestres, ciclistas, motociclistas, motoristas e usuários da via em geral.

Quadro A.5.4.11c – atendimentos para educação para o trânsito teatro rodovia.

GRUPO DE TEATRO RODOVIA	QTD	PÚBLICO ATENDIDO
ESCOLAS PÚBLICAS ATENDIDAS	54	23.568
ESCOLAS PARTICULARES ATENDIDAS	13	3.906
CAMPANHAS EDUCATIVAS E OUTROS EVENTOS	19	9.486
TOTAL DE APRESENTAÇÕES	123	36.960
QUANTIDADE DE PÚBLICO TOTAL		36.960

O Grupo de Prevenção e Educação para o Trânsito (Teatro Rodovia) atendeu no ano de 2015 um quantitativo de **36.960 (trinta e seis mil, novecentos e sessenta)** pessoas.

d) Educação para Cidadania e Segurança – Educs/Provid

O policiamento de Prevenção Orientado à Violência Doméstica – PROVID, que surgiu em substituição ao Programa EDUCS, é uma estratégia de policiamento baseado na filosofia de polícia comunitária, com a abordagem orientada para a solução do problema de violência doméstica, atuando na prevenção e enfrentamento desse problema de forma integrada com demais órgãos e instituições que executam as políticas públicas de proteção à família e combate à violência doméstica, com ações de prevenção primária e secundária, dividido nos seguintes eixos orientadores:

- ✓ **Prevenção Primária:** Ações de campanhas voltadas para prevenção à violência doméstica, em especial ações educativas;
- ✓ **Prevenção Secundária:** Intervenção, acompanhamento e monitoramento nas famílias em contexto de violência doméstica e familiar, por meio de policiamento ostensivo, visitas solidárias e comunitárias;
- ✓ **Articulação em rede:** Objetiva encaminhar e divulgar aos envolvidos no contexto de violência doméstica as políticas públicas e ações disponíveis na comunidade e órgãos governamentais para interromper o ciclo da violência.

O policiamento de Prevenção Orientada a Violência Doméstica - PROVID, atualmente é regulamentado na corporação pela PORTARIA PMDF Nº 985, de 17 de novembro de 2015, que revogou portaria anterior de nº 926 de 24 de outubro de 2014.

Diante da situação, e em conformidade com a iniciativa estratégica do item 11.3.3 do Planejamento Estratégico 2011-2022 da Corporação, desde o início do ano vem sendo implementado gradativamente o policiamento em algumas unidades policiais militares, estando em plena execução atualmente em 10 (dez) unidades: 2º BPM (Taguatinga), 4º BPM (Guará), 10º BPM (Ceilândia), 9º BPM (Gama), 11º BPM (Samambaia), 13º BPM (Sobradinho) 14º BPM (Planaltina), 21º BPM (São Sebastião), 26º BPM (Santa Maria) e 27º BPM (Recanto das Emas), realizando todas as atividades estabelecidas na portaria.

Produtividade:

Quadro A.5.4.11c – atendimentos para educação para Cidadania e Segurança – Educs/Provid

Quantidade de Palestras Ministradas	Quantidade de participação em reuniões comunitárias	Quantidade de visitas solidárias e comunitárias às famílias em contexto de violência doméstica
52	148	6.669

O policiamento de Prevenção Orientado à Violência Doméstica – PROVID atendeu no ano de 2015 um quantitativo de 6.669 (seis mil, seiscentos e sessenta e nove) pessoas.

e) Equoterapia e Escola de Equitação

Equoterapia é um método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo numa abordagem interdisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial da pessoa com deficiência, atendeu no ano de 2015 um quantitativo de **3.924 (três mil novecentos e vinte e quatro)** atendimentos.

A escola de Equitação é um programa social desenvolvido no Regimento de Polícia Montada, que tem como objetivo a prevenção primária, gerando a socialização e interação comunidade/Polícia Militar, na modalidade equitação, porém não houve atendimento no ano de 2015.

Quadro A.5.4.11e – síntese dos atendimentos em 2015

PROGRAMA	QTD DE PÚBLICO ATENDIMENTO
PROERD	20.992
LOBO GUARÁ	33.048
RODOVIA	36.960
PROVID/EDUCS	6.669
POL. COMUNITÁRIO	
DIVISÃO DE DIR. HUMANOS	24.775
EQUOTERAPIA E EQUITAÇÃO	3.924
TOTAL	126.368

Os dados coletados no presente relatório correspondem apenas aos programas sociais que estão devidamente regulamentados, seja por Lei, Decreto ou Portaria.

f) A Divisão de Polícia Comunitária - DPCom

O Programa Segurança Comunitária foi implantado pelo Decreto nº 24.316, de 23 de dezembro de 2003, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 249, de 24 de dezembro de 2003, que também dispôs sobre a criação do Conselho Deliberativo de Segurança Comunitária, constituídos por representantes dos segmentos vinculados ao sistema de segurança pública e defesa social e outros setores públicos do Distrito Federal.

No âmbito da Polícia Militar do Distrito Federal foi criada a Assessoria de Polícia Comunitária, no ano de 2009, subordinada ao Estado Maior, dando origem em 2010 ao Centro de Polícia Comunitária e Direitos Humanos da Polícia Militar do Distrito Federal, institucionalizado pelo Decreto Distrital nº 31.793, de 11 de junho de 2010, composto pela Divisão de Polícia Comunitária, Divisão de Direitos Humanos e a Divisão de Programas e Ações Sociais.

Quadro A.5.4.11f – atendimentos da DPCom em 2015

CURSOS	QUANTITATIVO DE PESSOAS
Reuniões Comunitárias com a Participação da PMDF	210
Palestras Desenvolvidas por Policiais Militares	74
Curso de Promotor de Polícia Comunitária (PPMM E COMUNIDADE)	32
Curso de Multiplicador de Polícia Comunitária	30
TOTAL	346

A Divisão de Direitos Humanos – DDH

A divisão é responsável pela pasta de Direitos humanos da corporação no atendimento ao público interno e externo, no público interno estão inclusos os cursos de aperfeiçoamento, extensão e profissionalizante na disciplina Direitos humanos e segurança pública, no público externo através de palestras, seminários, Fórum de direitos humanos e demais demandas relacionadas à pasta.

Quadro A.5.4.11g – atendimentos da DDH em 2015

ATIVIDADES	PÚBLICO
Aulas para o curso CAEP/CAP/CFP	2.372
Exposição em comemoração aos 206 anos da PMDF	10.000
3ª Reunião de Enfrentamento à violência doméstica	85
Prevenção/Enfrentamento à Violência Doméstica	12.318
TOTAL	24.775

5.5. Avaliação sobre possíveis alterações significativas nos custos.

5.5.1. Indicadores de desempenho da gestão administrativa da corporação em 2015.

- ✓ **Coleta e análise dos indicadores da gestão administrativa (Portaria PMDF 946/1º/01/2015).**

Hodiernamente, a busca pela excelência tem se tornado uma realidade nas instituições públicas. Nesse cenário, a Polícia Militar do Distrito Federal, a partir da inauguração do seu Plano Estratégico com horizonte temporal 2011-2022, mostra-se na vanguarda das transformações exigidas pelos modelos de gestão modernos.

Diante disso, para se gerenciar adequadamente as questões afetas ao ambiente de uma organização, deve-se fazer um monitoramento constante do “painel de bordo” a fim de analisar quanto ao seu desempenho, pois segundo Edwards Deming “*não se pode gerenciar o que não se mede [...]*”. Nesse caso, o uso de indicadores (métricas) se mostra uma ferramenta capaz de apoiar a avaliação da performance da organização.

Por fim, verifica-se que a PMDF por meio do monitoramento sistemático dos processos de trabalho e dos seus resultados (produtos), a partir da utilização de indicadores, estimulou o aprendizado organizacional capaz de oferecer oportunidades de melhorias. Por isso, no ano de 2013, em particular no período entre os meses de agosto e final de novembro, a Portaria PMDF nº 761/2012 atualizada pela Portaria PMDF 946/2015, que trata dos indicadores da gestão administrativa foi completamente revisada e está em processo de validação, uma vez que os ciclos anteriores (ciclos de aprendizado) permitiram o aprimoramento do sistema de indicadores, bem como o estabelecimento de novas métricas que, conforme a existência de série histórica, terão suas metas determinadas. Segue abaixo relação de indicadores de Gestão Administrativa com sua aferição:

Quadro A.5.5.1 – indicadores de desempenho da gestão administrativa em 2015

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO	VALOR AFERIDO
1.1.1 ÍNDICE DE EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO	$((\text{CRÉDITOS APROVADOS NA LOA NO ANO} / \text{CRÉDITOS APROVADOS NA LOA NO ANO ANTERIOR}) - 1) \times 100$	16,84%
1.1.2 ÍNDICE DE APROVAÇÃO DE RECURSOS PARA INVESTIMENTO	$(\text{RECURSOS APROVADOS NA LOA} / \text{RECURSOS SOLICITADOS}) \times 100$	26,90%
1.1.3.1 ÍNDICE DE APROVAÇÃO DE RECURSOS PARA CUSTEIO DA MANUTENÇÃO DA PMDF	$(\text{RECURSOS APROVADOS NA LOA} / \text{RECURSOS SOLICITADOS}) \times 100$	81,86%
1.1.3.2 ÍNDICE DE APROVAÇÃO DE RECURSOS PARA CUSTEIO DA FOLHA DE PAGAMENTO	$(\text{RECURSOS APROVADOS NA LOA} / \text{RECURSOS SOLICITADOS}) \times 100$	99,29%
1.1.3.3 ÍNDICE DE APROVAÇÃO DE RECURSOS PARA CUSTEIO DA ASSISTÊNCIA MÉDICA	$(\text{RECURSOS APROVADOS NA LOA} / \text{RECURSOS SOLICITADOS}) \times 100$	73,79%
1.1.4.1 ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE RECURSOS PARA PAGAMENTO DE PESSOAL	$(\text{RECURSOS LIBERADOS} / \text{RECURSOS APROVADOS NA LOA}) \times 100 / \text{MÊS ATUAL}$	114,70%
1.1.4.2 ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO E INVESTIMENTO (DLF)	$(\text{RECURSOS LIBERADOS} / \text{RECURSOS APROVADOS NA LOA}) \times 100 / \text{MÊS ATUAL}$	27,99%
1.1.4.3 ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO E INVESTIMENTO (DSAP)	$(\text{RECURSOS LIBERADOS} / \text{RECURSOS APROVADOS NA LOA}) \times 100 / \text{MÊS ATUAL}$	0,00%
1.1.4.4 ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE RECURSOS PARA CUSTEIO (DLF)	$(\text{RECURSOS LIBERADOS} / \text{RECURSOS APROVADOS NA LOA}) \times 100 / \text{MÊS ATUAL}$	79,83%
1.1.4.5 ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE RECURSOS PARA CUSTEIO (DSAP)	$(\text{RECURSOS LIBERADOS} / \text{RECURSOS APROVADOS NA LOA}) \times 100 / \text{MÊS ATUAL}$	114,54%
1.2.1.1.1 ÍNDICE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM INVESTIMENTO (DLF) EM RELAÇÃO À LOA	$(\text{RECURSOS APLICADOS} / \text{RECURSOS APROVADOS NA LOA}) \times 100$	23,92%
1.2.1.1.2 ÍNDICE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM INVESTIMENTO (DLF) EM RELAÇÃO AO DISPONIBILIZADO	$(\text{RECURSOS APLICADOS} / \text{RECURSOS DISPONÍVEIS}) \times 100$	85,45%
1.2.1.2.1 ÍNDICE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM CUSTEIO (DLF) EM RELAÇÃO À LOA	$(\text{RECURSOS APLICADOS} / \text{RECURSOS APROVADOS NA LOA}) \times 100$	77,29%
1.2.1.2.2 ÍNDICE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM CUSTEIO (DLF) EM RELAÇÃO AO DISPONIBILIZADO	$(\text{RECURSOS APLICADOS} / \text{RECURSOS DISPONÍVEIS}) \times 100$	96,81%
1.2.1.3.1 ÍNDICE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM INVESTIMENTO (DSAP) EM RELAÇÃO À LOA	$(\text{RECURSOS APLICADOS} / \text{RECURSOS APROVADOS NA LOA}) \times 100$	0,00%
1.2.1.3.2 ÍNDICE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM INVESTIMENTO (DSAP) EM RELAÇÃO AO DISPONIBILIZADO	$(\text{RECURSOS APLICADOS} / \text{RECURSOS DISPONÍVEIS}) \times 100$	N/A
1.2.1.4.1 ÍNDICE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM CUSTEIO (DSAP)	$(\text{RECURSOS APLICADOS} / \text{RECURSOS APROVADOS NA LOA}) \times 100$	114,54%
1.2.1.4.2 ÍNDICE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM CUSTEIO (DSAP)	$(\text{RECURSOS APLICADOS} / \text{RECURSOS DISPONÍVEIS}) \times 100$	100,00%
1.2.1.5 ÍNDICE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS PARA PAGAMENTO DE PESSOAL	$(\text{RECURSOS APLICADOS} / \text{RECURSOS APROVADOS NA LOA}) \times 100$	99,89%

1.2.2 ÍNDICE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM INVESTIMENTO	(RECURSOS TOTAIS APLICADOS EM INVESTIMENTO / RECURSOS TOTAIS – FOLHA DE PAGAMENTO)	3,16%
2.1.2.1.1 ABSENTEÍSMO	[TOTAL DE DIAS DE AFASTAMENTO / (NÚMERO DE POLICIAIS DA ATIVA x 330)] x 100	3,70%
2.1.2.2 BIENAL	(TOTAL DE APTOS NA BIENAL / NÚMERO DE POLICIAIS QUE REALIZOU BIENAL NO PERÍODO) x 100	100%
2.1.2.3 TAF	(TOTAL DE APROVADOS NO TAF / NÚMERO DE POLICIAIS DA ATIVA) x 100	38,39%
2.1.2.5 ÍNDICE DE ABSORÇÃO DA DEMANDA (Centro Médico)	(NÚMERO DE ATENDIMENTOS INTERNOS / NÚMERO TOTAL DE ATENDIMENTOS) x 100	8,61%
2.2.1 ÍNDICE DE DEFASAGEM DO EFETIVO.	[1 - (EFETIVO PRESENTE / EFETIVO PREVISTO)] x 100	22,74%
2.2.2 ÍNDICE DE ROTATIVIDADE DE EFETIVO (TURNOVER)	(Nº DE POLICIAIS QUE INGRESSAM - Nº DE POLICIAIS QUE SAEM / EFETIVO DA PM EM 31 DEZ DO ANO ANTERIOR) x 100	4,79%
2.2.3 ÍNDICE DE MOVIMENTAÇÃO DE EFETIVO	(Nº DE MOVIMENTAÇÕES / TOTAL DO EFETIVO) x 100	25,78%
2.3.1 ARTIGOS CIENTÍFICOS PUBLICADOS	QUANTIDADE TOTAL DE TRABALHOS CIENTÍFICOS PUBLICADOS NO ANO	6
2.3.4 POLICIAIS MILITARES TECNÓLOGOS EM SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA	NÚMERO DE POLICIAIS MILITARES CAPACITADOS EM CURSO SUPERIOR DE TECNÓLOGO EM SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA NO ANO	3711
2.4.1 INQUÉRITOS POLICIAIS MILITARES CONCLUÍDOS NO PRAZO REGULAMENTAR	(IPM's CONCLUÍDOS DENTRO DO PRAZO REGULAMENTAR / TOTAL DE IPM's CONCLUÍDOS) x 100	62,07%
2.4.2 SINDICÂNCIAS SOLUCIONADAS	(TOTAL DE SINDICÂNCIAS SOLUCIONADAS NO PERÍODO / TOTAL DE SINDICÂNCIAS INSTAURADAS NO PERÍODO) x 100	41,49%
2.4.3 ANÁLISE DE PROCESSOS DEMISSIONAIS	TEMPO MÉDIO DE ANÁLISE E SOLUÇÃO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DEMISSIONÁRIOS	3,96 dias
2.5.2 ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO DE ENSINO ASSISTENCIAL.	QUANTIDADE DE POLICIAIS COM FILHOS EM IDADE ESCOLAR MATRICULADOS NO CMT / QUANTIDADE DE POLICIAIS COM FILHOS EM IDADE ESCOLAR.	5,61%
3.1.1.1 IDADE MÉDIA DA FROTA	SOMATÓRIO DAS IDADES DAS VTR / TOTAL DE VTR	8,10 anos
3.1.1.3 ÍNDICE DE VARIEDADE DA FROTA	(NÚMERO DE MODELOS DE VIATURAS / QUANTIDADE TOTAL DE VIATURAS) x 100	2,04%
3.1.2.1 ÍNDICE DE OCUPAÇÃO DE IMÓVEIS	QUANTIDADE DE PPMM LOTADOS EM IMÓVEIS PRÓPRIOS DA CORPORAÇÃO / EFETIVO TOTAL	71,06%
3.1.2.2 ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO DE IMÓVEIS PRÓPRIOS	QUANTIDADE DE IMÓVEIS PRÓPRIOS OCUPADOS PELA PMDF / QUANTIDADE TOTAL DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA PMDF	46,15%
3.1.2.4 ÍNDICE DE MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES	SOMATÓRIO DOS TEMPOS DECORRIDOS DA ÚLTIMA REFORMA DAS OPMS	17 anos

	PRÓPRIAS / NÚMERO TOTAL DE OPMS PRÓPRIAS	
3.1.3.1 ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE DEMANDA	QUANTIDADE DE DEMANDAS DE SUPRIMENTOS ATENDIDAS / QUANTIDADE TOTAL DE DEMANDAS	100%
3.1.3.2 TEMPO DE ATENDIMENTO DA DEMANDA	SOMATÓRIO DE DIAS PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE SUPRIMENTOS / TOTAL DE DEMANDAS ATENDIDAS	10 dias
3.1.4.1.1 IDADE MÉDIA DO ARMAMENTO	SOMATÓRIO DAS IDADES DO ARMAMENTO / TOTAL DE ARMAMENTO	6,06 anos
3.1.4.1.2 IDADE MÉDIA DOS COLETES BALÍSTICOS	SOMATÓRIO DAS IDADES DOS COLETES BALÍSTICOS/ TOTAL DE COLETES BALÍSTICOS	5,44 anos
3.1.4.2 ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL BÉLICO	[(QUANTIDADE DE MATERIAL BÉLICO INDISPONÍVEL/ QUANTIDADE TOTAL DE MATERIAL BÉLICO)-1] x 100 x (-1)	63,86%
3.1.5.1 ÍNDICE DE EFETIVIDADE DO PLANEJAMENTO DA SAÚDE	(TOTAL DE RECURSOS EXECUTADOS PLANEJADOS / TOTAL DE RECURSOS EXECUTADOS) x 100	100%
3.1.5.2 ÍNDICE DE EFETIVIDADE DO PLANEJAMENTO DE LOGÍSTICA	(TOTAL DE RECURSOS EXECUTADOS PLANEJADOS / TOTAL DE RECURSOS EXECUTADOS) x 100	55,25%
3.1.6.1 ÍNDICE DE DESVIO DO PLANEJAMENTO DA SAÚDE	(TOTAL DE RECURSOS EXECUTADOS SUPLEMENTARMENTE / TOTAL DE RECURSOS EXECUTADOS) x 100	1,58%
3.1.6.2 ÍNDICE DE DESVIO DO PLANEJAMENTO DE LOGÍSTICA	(TOTAL DE RECURSOS EXECUTADOS SUPLEMENTARMENTE / TOTAL DE RECURSOS EXECUTADOS) x 100	2,67%
3.3.1.1 QUANTIDADE DE RELATÓRIOS DE INTELIGÊNCIA PRODUZIDOS PARA O COMANDO-GERAL	QUANTIDADE MÉDIA DE RELATÓRIOS DE INTELIGÊNCIA DISPONIBILIZADOS AO CMT-GERAL NO MÊS	220
3.3.2.1 ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE REDE DE DADOS	(TEMPO DE DISPONIBILIDADE DE REDE EM HORAS / 720) x 100	99,44%
3.3.3 ÍNDICE DE INDICADORES MENSURADOS REGULARMENTE	(INDICADORES MENSURADOS REGULARMENTE / TOTAL DE INDICADORES EXISTENTES) x 100	52,50%
3.4.1.2 DEMANDA REPRIMIDA	[(QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS NÃO ATENDIDAS / TOTAL DE OCORRÊNCIAS GERADAS PELO 190, COM NECESSIDADE DE AÇIONAMENTO DE VIATURA, NO PERÍODO) - 1] x 100 (-1)	7,10%
3.4.1.3 TEMPO DE ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS APÓS A CHAMADA DE EMERGÊNCIA	MEDIANA DOS TEMPOS COMPREENDIDO ENTRE A SOLICITAÇÃO DO CIDADÃO AO 190 À CHEGADA DA PMDF AO LOCAL SOLICITADO	8'19"
3.5.1.1 TEMPO DE RESPOSTA DA TROPA ESPECIALIZADA	MEDIANA DOS TEMPOS DE ATENDIMENTO	9'36"
3.6.1 POSICIONAMENTO DA PMDF NA MÍDIA3.5.4.1 DESEMPENHO DO POLICIAMENTO ESPECIALIZADO	(NOTÍCIAS POSITIVAS + NOTÍCIAS NEUTRAS / TOTAL DE NOTÍCIAS) x 100	74,88%

6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1. Demonstração de Execução das Despesas - Desempenho orçamentário

Programa: Operações Especiais-Transferência Constitucional Obrigatória- PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Quadro A.6.1.1 – demonstração de execução das despesas de pessoal inativos e pensionista PMDF.

Identificação da Ação						
Código	00NS		Tipo: OPERAÇÃO ESPECIAL			
Título	PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA DA POLÍCIA MILITAR DO DF					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	TRANF. CONST. OBRIGATÓRIA Código: 0903 Tipo Operação Especial					
Unidade Orçamentária	Nº 73.901 Fundo Constitucional do Distrito Federal UG DLF, Nº 170.484 DGP-PMDF					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não		Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras			
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
798.476.218	946.055.259,34	946.055.259,34	946.047.346,43	946.047.346,34		7.912.91
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Em relação a despesas de pessoal de inativos e pensionistas objeto da presente ação, esta, vem numa crescente, ano após ano, sendo recorrente a insuficiência orçamentária para o atendimento desta despesa. Isto deve-se ao crescente número de Policiais Militares que estão completando tempo de serviço 30 anos e estão solicitando irem para reserva remunerada (aposentadoria), pesa ainda fato de que a proposta orçamentária da Corporação para o exercício financeiro de 2015, sofreu corte significativos ainda no seu nascedouro conforme pode ser observado mais a frente. Por fim analisando a despesa acima percebemos que ela teve que ser suplementada, para atender a despesa até o final do exercício financeiro de 2015.

Programa: Operações Especiais-Transferência Constitucional Obrigatória- PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Quadro B.6.1.1 – demonstração de execução das despesas de manutenção da PMDF.

Identificação da Ação	
Código	00NR Tipo: OPERAÇÃO ESPECIAL
Título	MANUTENÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO DF

Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	TRANF. CONST. OBRIGATÓRIA Código: 0903 Tipo Operação Especial					
Unidade Orçamentária	Nº 73.901 Fundo Constitucional do Distrito Federal UG Nº 170.393- DLF, Nº 170.484 DGP-PMDF					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.065.687.788	1.915.949.177,28	1.915.949.177,28	1.881.160.763,05	1.880.838.805,26		34.788.414,23
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Em relação a despesas de manutenção da Corporação, o que nos vale citar é a intempestividade na liberação da dotação orçamentária de investimento, o que faz a execução ficar concentrada em determinado período, dificultando a Corporação a cumprir a recomendação da CGU/TCU no que tange a realizar sua despesa a razão de 01/12 avos mês durante o exercício financeiro de 2015. O orçamento de investimento da Corporação ficou todo bloqueado logo ao início do exercício o que prejudicou o atingimento das metas previamente definidas no Plano Estratégico da Corporação. Em detrimento das dificuldades orçamentárias que o GDF atravessava parte deste recurso (investimento) foi redirecionado para as despesas de pessoal, custeio da folha e para o atendimento das despesas de outros órgãos, isto tudo definido pelo órgão setorial de descentralização de crédito e recurso e coordenador do FCDF a SUTES/GDF. Em relação aos serviços continuados este vem crescendo também de forma recorrente, o que traz sérios transtornos para Corporação devido a insuficiência dos recursos, afetando diretamente a manutenção de viaturas, abastecimento, entre outros serviços continuados essenciais para o processo finalístico da PMDF.

Quadro C.6.1.1 – demonstração de execução das despesas de assistência média e odontológica PMDF

Identificação da Ação	
Código	00FM Tipo: OPERAÇÃO ESPECIAL
Título	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS POLICIAIS MILITARES E SEUS DEPENDENTES
Iniciativa	
Objetivo	Código:
Programa	TRANF. CONST. OBRIGATÓRIA Código: 0903 Tipo Operação Especial
Unidade Orçamentária	Nº 73.901 Fundo Constitucional do Distrito Federal UG DLF, Nº 170.485 DSAP-PMDF
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras
Lei Orçamentária do exercício	
Execução Orçamentária e Financeira	

Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
146.456.556,00	161.456.556,00	161.456.556,00	146.689.708,18	146.517.847,82		14.766.847,82
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Em relação a Assistência Médica e Odontológica dos Policiais Militares e seus dependentes os recursos não foram suficientes mais uma vez, e tivemos que solicitar suplementações inclusive, foi necessário cancelar o recurso de investimento e suplementar no custeio da assistência médica, em sua totalidade, vale ressaltar ainda que a proposta orçamentária encaminhada pela Corporação para esta ação também não foi atendida. No final de 2014 a PMDF nomeou uma comissão para definir o valor per capita de uma vida para o seu sistema de saúde sendo feito estudos e definido um valor que está sendo levado em consideração quando da elaboração da proposta orçamentária. Ocorre porém, que órgão setorial claro com os seus motivos não leva em consideração quando da finalização da proposta da corporação e sua inserção no SIOP. Isto tem trazidos sérios prejuízos a Corporação inclusive vale aqui citar neste exercício financeiro teremos novamente dificuldade até o final do exercício para honrar todos os compromissos com relação a assistência médica dos servidores e dependentes.

Programa: Operações Especiais-Transferência Constitucional Obrigatória- PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Quadro D.6.1.1 – demonstração de execução das despesas de outros benefícios assistenciais PMDF

Identificação da Ação						
Código	00NT Tipo: OPERAÇÃO ESPECIAL					
Título	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL- Auxílio alimentação, Auxílio pré-escolar, Auxílio natalidade e funeral.					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	TRANF. CONST. OBRIGATÓRIA Código: 0903 Tipo Operação Especial					
Unidade Orçamentária	Nº 73.901 Fundo Constitucional do Distrito Federal UG DLF, Nº 170.484 DGP-PMDF					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
170.098.872	158.666.040,38	158.666.040,38	158.666.040,38	158.666.040,38	0	0

Execução Física					
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta	
				Prevista	Reprogramada
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada

Quanto aos benefícios assistências esta despesa não tem trazido grandes problemas em sua realização orçamentária e financeira, mas no exercício financeiro de 2016, em detrimento do aumento do auxílio pré-escolar que foi para R\$ 321,00 segundo portaria do MPOG, esta despesa necessitará de suplementação, mas no exercício de 2015 houve uma economia orçamentária em sua realização, sendo o valor economizado redirecionado para outras despesas que necessitavam de suplementações.

2.1.2. Órgãos de Apoio a Governança

Gestão de TI

A Polícia Militar do Distrito Federal em 31 de março de 2014 editou a Portaria PMDF N° 899 que aprovou a criação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação visando dar desdobramento ao Plano Estratégico PMDF no que tange as soluções de TI.

Ao editá-la levou-se em consideração o que já previa Portarias anteriores tais como a 763 de 16/01/12 que publicou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação. A Portaria N° 871 de 30/07/13 que criou na PMDF o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e a Portaria PMDF N° 891 de 17/01/14 que estabeleceu o processo para contratação e aquisições de soluções de Tecnologia da Informação, conforme disposto na Instrução Normativa n° 04 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (IN-04/2010 – SLTI/MPOG).

A Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicações na PMDF está a cargo da Diretoria de Telemática, órgão subordinado ao Departamento de Logística e Finanças. A diretoria está estruturada da seguinte forma:

- a) Seção de Banco de Dados (SBD). Compete à SBD identificar, captar e administrar os dados de interesse da Corporação, garantindo segurança, integridade e níveis de acesso, dentro dos critérios pré-estabelecidos.
- b) Seção de Infraestrutura e Comunicações (SIC). Compete à SIC o gerenciamento da interconectividade entre os diversos segmentos de redes de comunicação eletrônica de dados corporativos, assegurando o funcionamento das estruturas e provendo suporte aos recursos físicos e lógicos que lhes são cabíveis.
- c) Seção de Desenvolvimento de Sistemas (SDS). Compete à SDS os processos de gerenciamento, projetos de análise, desenvolvimento, implantação, integração e documentação de sistemas de informação, em conformidade com as necessidades corporativas identificadas.
- d) Seção de Atendimento ao Usuário (SAL). Compete à SAL o gerenciamento das ações e provimento das soluções voltadas ao atendimento das necessidades de suporte tecnológico aos usuários.
- e) Seção de Segurança, Testes e Qualidade (SSTQ). Compete à SSTQ o gerenciamento das ações voltadas à gestão da segurança da informação, contingenciamento e continuidade de negócios de TIC, a realização de processos de testes de software e a garantia da qualidade das soluções de tecnologias da informação em uso na Corporação, dos processos internos e dos controles internos necessários à gestão da TIC, ajustada às melhores práticas de mercado.
- f) Seção Administrativa (AS). Compete à AS a coordenação, fiscalização e controle das atividades referente a assuntos administrativos, de pessoal, de logística e expediente da Diretoria de Telemática.

Gestão de Pessoas

A atividade de gestão de pessoas na Polícia Militar do Distrito Federal era exercida inicialmente pela Diretoria de Pessoal, instituída pelo artigo 19 da Lei 6.450 de 14 de outubro de 1977, órgão de direção setorial responsável pelo planejamento, coordenação, execução, controle e fiscalização das atividades relacionadas ao pessoal.

Em 2009, com o advento da Lei 12.086/09, a supracitada diretoria deu origem ao atual Departamento de Gestão de Pessoal (DGP) que, conforme regulamentação do Decreto 31.793/10, subdivide-se:

- a) Diretoria de Pessoal Militar.
- b) Diretoria de Pagamento de Pessoal e Previdência.
- c) Diretoria de Inativos, Pensionistas e Civis.
- d) Diretoria de Promoção de Avaliação e Desempenho.
- e) Diretoria de Recrutamento e Seleção.

Deu-se a estas diretorias a competência de executar as atividades relacionadas à gestão de pessoas no âmbito da PMDF, de acordo com as políticas e diretrizes estratégicas de pessoal na Corporação.

Dentre os principais objetivos deste departamento podemos citar:

a) Em perspectiva da gestão financeira, otimizar a execução orçamentária e financeira de pagamento de pessoal fomentando estudos do impacto financeiro de cargos e salários.

b) Em perspectiva de aprendizado e crescimento, otimizar o ingresso de pessoal na PMDF, regulamentando os processos de ingresso e incorporação. Incrementar a especialização e capacitação. Implantar metodologias de controle e fiscalização de atividades de pessoal. Aperfeiçoar a gestão de recursos humanos e a alocação de pessoal nas Unidades Operacionais e administrativas. A contínua atualização do sistema de informações de controle de alterações e assentamento de pessoal e modernizar o processo de recrutamento e seleção de pessoal.

Auditoria

A Auditoria da Polícia Militar do Distrito Federal é um Órgão recém-criado, iniciando suas atividades no final do ano de 2010. Nos termos do Artigo 54, do Decreto Federal nº 7.165, de 29 de abril de 2010, e do Artigo 77, do Decreto Distrital nº 31.793, de 11 de junho de 2010, foi dimensionado como órgão de direção setorial, subordinado ao Departamento de Controle e Correição da Corporação. A Unidade está formalmente estruturada em quatro Seções:

I - Seção Administrativa:

- Secretaria;
- Subseção de Pessoal; e
- Subseção de Logística.

II - Seção de Auditoria Financeira;

III - Seção de Auditoria de Pessoal e Patrimônio;

IV - Seção de Tomada de Contas Especial:

- Subseção de Diligências e Controle Financeiro;
- Subseção de Análise de Danos ao Erário; e
- Subseção de Instrução e Correição de Inquéritos Técnicos.

Cabe ressaltar que as subdivisões da Seção Administrativa e da Seção de Tomada de Contas Especial, apesar de não estarem formalmente descritas no Decreto Distrital nº 31.793/10, o estão no organograma interno, apresentado a seguir.

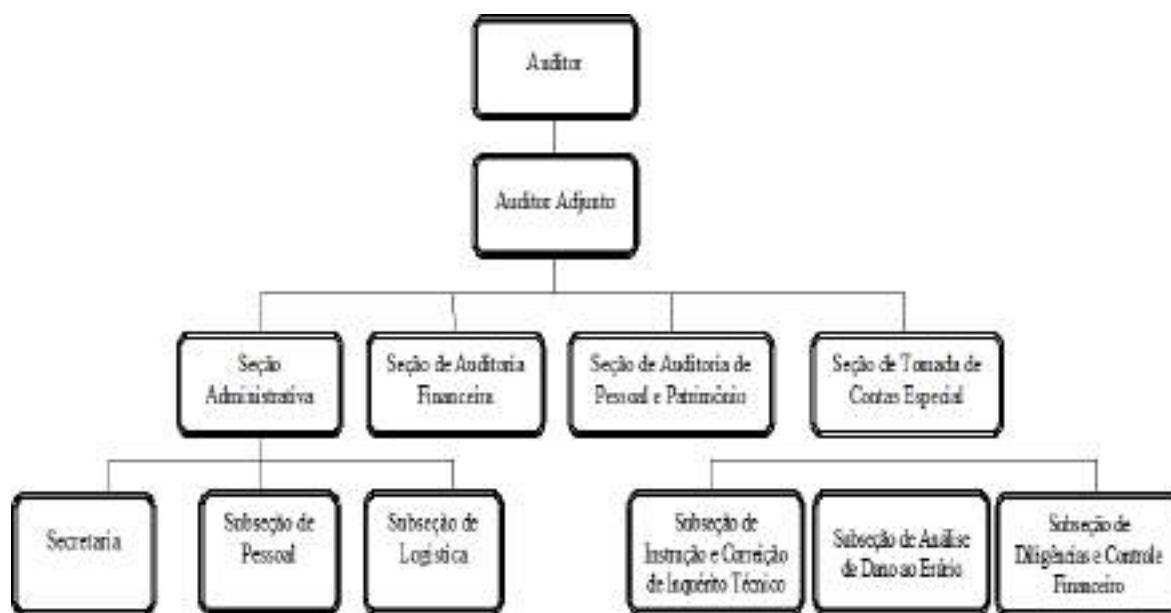


Figura A 2.1.2. – Organograma da Auditoria

O BRCG nº 049, de 17 de setembro de 2012, traz a publicação da Portaria PMDF Reservada nº 810, de 05 de setembro de 2012, que apresenta o QODE da Unidade, onde há a destinação de 41 (quarenta e um) policiais militares para a Unidade. Atualmente a Auditoria conta com o maior número de policiais militares existentes em sua breve história, são eles no total de 26 (vinte e seis) militares, no entanto cabe ressaltar que alguns deles estão próximos da Reserva Remunerada e com isto este número tende a cair no próximo ano. Pelo que se sabe serão pelo menos três oficiais e duas praças que completam trinta anos de serviço em 2014.

A Unidade apresenta diferenças internas de distribuição de efetivo, uma vez que houve a decisão de não desestruturar a STCE, que continua com efetivo robusto (comparativamente às outras seções), pois trabalha com rotinas operacionais já consolidadas e bem distribuídas; a Seção Administrativa também não demanda cuidados específicos, uma vez que suas rotinas são consolidadas pela administração policial militar. As duas Seções de Auditoria na realidade funcionam como uma só, pois devido ao reduzido efetivo e algumas rotatividades durante o ano, exigiu a centralização dos trabalhos, das informações e dos controles. Se por um lado esta centralização traz benefícios na hora de coordenar as demandas e respostas aos Órgãos de Controle Externos e Internos, por outro dificulta a sistematização das rotinas específicas de cada Seção. Outra situação é o leque variado de atribuições vinculadas aos diversos processos existentes na PMDF (isto gera necessidade de conhecimentos específicos, dentro e fora da Corporação, para o desenvolvimento dos trabalhos). Alguns cursos realizados orientaram a atuação profissional. As demandas internas e externas também tiveram papel didático neste sentido, pois servem para, aos poucos, traçar procedimentos de atuação (tanto internos, quanto externos).

2.4. Avaliação do Sistema de Controles Internos

Quadro A.2.4. Quadro demonstrativo – Estrutura de controles internos da UPC

Aspectos do Sistema de Controle Interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					

1. Os altos dirigentes da UPC percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UPC são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UPC é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UPC na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.		X			
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UPC		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UPC.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da Unidade Prestadora de Contas estão formalizados.			X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a conseqüente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UPC, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Atividades de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UPC, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UPC são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UPC possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22. As atividades de controle adotadas pela UPC são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UPC é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		

24. As informações consideradas relevantes pela UPC são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível à UPC é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UPC, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UPC é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UPC tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UPC tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UPC.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UPC, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UPC.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UPC, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UPC.					

Estratégias adotadas para a realização e tratamento dos riscos.

A atividade de gestão de riscos na Polícia Militar do Distrito Federal passou a ser desenvolvida a partir de julho do ano de 2013. Para esse trabalho foi montada uma comissão constituída por policiais militares e assessorada por empresa de consultoria (Brainstorming) e desenvolvido em três etapas:

1. **DIAGNÓSTICO DE RISCO ESTRATÉGICO**, com identificação dos riscos a serem gerenciados com apresentação de forma abrangente e estruturada, de todos os riscos aos quais a organização está exposta, estejam ou não sob seu controle.
2. **RISCOS ESTRATÉGICOS PRIORITÁRIOS**, que identificou as opções de tratamento de riscos selecionadas e sua execução, incluindo requisitos, responsabilidade, prazos e indicadores. As opções de tratamento de risco selecionadas foram incluídas, com iniciativas estratégicas, no processo de gestão estratégica; e
3. **PLANO DE TRATAMENTO DE RISCOS ESTRATÉGICOS**, relatório gerado após a fase de análise de riscos, que identifica os riscos que precisam ser tratados e as prioridades de tratamento.

Ao final desse projeto piloto foram entregues dois produtos principais: O Plano de Gestão de Riscos e a Portaria PMDF nº 916/2014, que instituiu o Sistema de Gestão de Riscos em âmbito institucional.

O conceito de risco, segundo a norma ABNT NBR ISO 31000, é todo o evento que possam impactar os objetivos da organização. Desta forma, a PMDF entende ser fundamental incluir a gestão de risco no escopo da gestão estratégica. Um risco, ou evento de risco, refere-se a um acontecimento futuro que tem basicamente dois atributos: sua probabilidade de ocorrência e seu impacto nos objetivos da organização.

Nesse sentido, quando identificado um evento de risco, sua probabilidade de ocorrência e seu impacto, a organização pode desenvolver um plano de resposta para o tratamento desse risco, o que permite uma maior exposição ao risco e a alavancagem do negócio.

A gestão de riscos na Polícia Militar do Distrito Federal está baseada na norma ABNT NBR ISO 31000:2009, no Plano Estratégico da PMDF 2011/2022 e no O Plano de Gestão de Riscos, sendo o processo desenvolvido para atender as especificidades da corporação. Assim, a PMDF, através de sua estrutura institucional de gestão de riscos atua permanentemente na definição do contexto e dos critérios; identificação e avaliação dos riscos; definição das opções de tratamento, monitoramento e comunicação.

Esse processo está estruturado para elaborar estudos prospectivos, planejar, coordenar, fiscalizar e controlar as atividades de gestão de riscos da PMDF, subsidiando a tomada de decisão do alto comando com relação às ameaças à Corporação, incluindo as atividades de: identificação e análise dos riscos; avaliação e tratamento dos riscos; implantação de controle e avaliação de sua efetividade; monitoramento dos controles e das medidas para implementá-las; promoção da integração das atividades de controle de riscos; promoção da comunicação e consulta às partes interessadas; e auditoria da gestão de riscos.

A estrutura básica de gestão de riscos da Polícia Militar do Distrito Federal está nucleada no Estado-Maior e compreende a Comissão Permanente de Gestão de Riscos, a Auditoria de Riscos, o Núcleo de Comunicação de Riscos, as Subcomissões Permanentes de Gestão de Riscos, e os Órgãos de Execução dos Controles.

As decisões sobre o agravamento de riscos extremos serão tomadas pelo Comandante-Geral e, no impedimento ou de ordem, pelo Subcomandante-Geral, com o assessoramento da Comissão Permanente de Gestão de Riscos.

A Comissão Permanente de Gestão de Riscos é um colegiado de assessoramento superior constituído pelo Chefe do Estado-Maior e Presidentes das Subcomissões Permanentes de Riscos com finalidade decisória e consultiva, incluindo dirigir, orientar, coordenar, integrar, auditar e fiscalizar os trabalhos das Subcomissões Permanentes de Riscos, mediante os seguintes processos:

✓ Processo de Comunicação e Consulta às partes interessadas, no âmbito externo e interno, em todas as fases, tanto no estabelecimento dos critérios de risco, quanto na identificação, avaliação e tratamento de riscos ou contingenciamento. Tal processo estabelece os contextos interno e externo da PMDF, definindo os critérios para gestão de riscos e o escopo da gestão;

✓ Processo de Avaliação de Riscos, onde se encontram: a) Identificação de riscos objetivando levantar quais deles podem criar, aumentar, evitar, reduzir, acelerar ou atrasar a realização dos objetivos; b) Análise de riscos envolvendo a apreciação das causas e das fontes de risco, suas consequências positivas e negativas, e a probabilidade de ocorrência dos riscos e; c) Avaliação de riscos, a fim de determinar os tratamentos bem como suas prioridades.

A Auditoria de Gestão de Riscos é uma Assessoria Permanente, destinada ao monitoramento e análise crítica dos riscos, auditoria dos riscos, seus níveis, efetividade dos controles e a implementação das medidas de tratamento de riscos, bem como o surgimento de novos riscos.

O Núcleo de Comunicação de Riscos é uma Assessoria Permanente destinada a executar o processo de comunicação e consulta sobre dos riscos da PMDF.

As Subcomissões Permanentes de Gestão de Riscos são órgãos setoriais com competência de monitorar os riscos, bem como definir seus planos de contingência. São compostas de um Presidente, um Secretário e no mínimo 5 (cinco) Membros designados pelo Presidente.

As Subcomissões Permanentes de Gestão de Riscos foram definidas com base na estrutura organizacional da PMDF e são divididas em Subcomissão Permanente de Gestão de Riscos de Pessoal; Subcomissão Permanente de Gestão de Riscos Operacionais; Subcomissão Permanente de Gestão de Riscos de Saúde e Assistência ao Pessoal; Subcomissão Permanente de Gestão de Riscos de Logística e Finanças; Subcomissão Permanente de Gestão de Riscos de Educação e Cultura; Subcomissão Permanente de Gestão de Riscos de Controle e Correição; Subcomissão Permanente de Gestão de Riscos de Comunicação; Subcomissão Permanente de Gestão de Riscos de Inteligência; e Subcomissão Permanente de Gestão de Riscos de Polícia Comunitária e Direitos Humanos.

O status de cada risco, sua evolução e efetividade dos controles serão reportados à Comissão Permanente de Gestão de Riscos (CPGR) e a Auditoria de Gestão de Riscos pelas Subcomissões Permanentes de Gestão de Riscos, após suas reuniões setoriais que ocorrem com frequência mínima bimestral.

Dentro da estrutura supracitada, a PMDF tem desenvolvido suas atividades de gestão de riscos. No trabalho piloto, iniciado em 2013 e finalizado em 2014 foram identificados e classificados 23 (vinte e três) riscos corporativos. Após a implantação do sistema explicado acima e a realizações das reuniões das comissões e subcomissões de risco, estes são monitorados e mitigados, além do desenvolvimento de atividades para novas identificações de risco, seu monitoramento e tratamento.

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE-DADOS DE ATENDIMENTO E SOLUÇÕES DE OCORRÊNCIAS

3.4. Detalhamento do caminho de acesso sobre a atuação.

O acesso às informações produzidas e armazenadas pelo Estado é um direito da sociedade garantido pela Constituição Federal.

Para regulamentar o dispositivo constitucional e estabelecer prazos e procedimentos para que todos possam exercer esse direito, foi aprovada em 2011, no Brasil, a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11), aplicável aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

O Governo do Distrito Federal está aplicando a Lei de Acesso à Informação desde 2012, quando foi sancionada a Lei Distrital nº 4.990/12, que regula o acesso às informações especificamente no Distrito Federal. A lei entrou em vigor no dia 12 de abril de 2013.

O Sistema e-Sic (Sistema de Serviço de Informação ao Cidadão) permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação para a Corporação.

No ano de 2014 houve 57 (cinquenta e sete) demandas registradas no sistema e-SIC, enquanto no ano de 2015 foram registradas 140 (cento e quarenta) demandas, refletindo um aumento de 146%.

Em específico, a PMDF disponibiliza para sociedade o site da Corporação www.pmdf.df.gov.br. Nele o cidadão fica bem informado das atividades realizadas pela Polícia Militar do Distrito Federal,

O site disponibiliza um Link intitulado “Transparência” onde a sociedade toma conhecimento das licitações, pregões homogados, decisões de tribunais, leilões, auditoria militar e tem acesso a outras informações cujo objetivo é bem informar a população do exercício da atividade de polícia cidadã que desenvolve a PMDF.

Além disso, população conta ainda com uma linha direta com a Ouvidoria da PMDF onde poderá tecer elogios ou fazer uma denúncia que poderá ser aberta, sigilosa ou anônima.

3.4.1.Dados Referentes aos Atendimentos Realizados pela Ouvidoria da PMDF em 2015.

Quadro A.3.4.1. Protocolos de atendimento gerados em 2015.

PROTOCOLOS DE ATENDIMENTO GERADOS/2015	2.649
EM RELAÇÃO AO PUBLICO	
Publico Externo: 1.777	67,08%
Publico Interno: 328	12,38%
Não Informado: 544	20,54%
EM RELAÇÃO AO ANONIMATO	
Anônima: 610	23%
Não Anônima: 2.039	77%
TOTAL DE PROCESSOS POR TIPO DE OCORRENCIA	

DENÚNCIA	382
DENÚNCIA ENVOLVENDO PM	114
ELOGIO	260
RECLAMAÇÃO	608
RECLAMAÇÃO CONDUTA TÉCNICA	160
SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS E DADOS	12
SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES DIVERSAS	612
SOLICITAÇÃO DE POLICIAMENTO	438
SUGESTÃO	63
CGDF/SOI – OUVIDORIA DO GDF	
E-mail	863
Formulário	
Presencial	331
TAG – Ouvidoria do GDF	736
Telefone	631
ERB – ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA	99
CEILÂNDIA	140
OUVIDORIA SEDE	596

O presente relatório foi realizado por meio da coleta de dados no Sistema Ouvidoria PMDF.

Os dados coletados foram inseridos em gráficos e tabelas e divididos por: tipo de demanda, quantidade de demanda, tipo de público.

Os dados estatísticos apresentados nos relatórios elaborados pela Subseção de Estatística são trabalhados com foco na **população** e não na **amostra**, ou seja, o grupo inteiro que está disponível no sistema. Como os dados da **população** são de fonte confiável, é possível afirmar que as tabelas, gráficos e análises realizadas refletem o que está realmente acontecendo.

a. População: Grupo inteiro, total dos dados disponíveis. Os dados e os gráficos apresentados são precisos, refletem o que está acontecendo de fato;

b. Amostra: Pequena parcela do todo. Neste caso, as estatísticas apontam uma direção, ou refletem um possível cenário. Esse método é muito utilizado nas pesquisas eleitorais, por isso são apresentadas margens de erro para mais ou para menos.

3.4.2. Grau de Satisfação

Este quesito visa avaliar o grau de satisfação do cidadão em relação à informação prestada pela PMDF em resposta a sua demanda. Não obstante, também, é avaliado o atendimento dado ao cidadão pela Ouvidoria PMDF, para que se possa aprimorar e qualificar ainda mais seus integrantes para uma melhor prestação de serviço a sociedade.

Essa avaliação é referente ao ano de 2015.

A figura abaixo mostra o grau de satisfação do cidadão à solução de sua demanda no referente período mencionado.

Quadro A 3.4.2. Avaliação do grau de satisfação do cidadão

GRAU DE SATISFAÇÃO

	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM
PMDF	302	193	93	298
OUVIDORIA	533	264	46	43

No gráfico abaixo, observa-se com mais detalhes o grau de satisfação do cidadão para com a PMDF e Ouvidoria PMDF no ano de 2015.

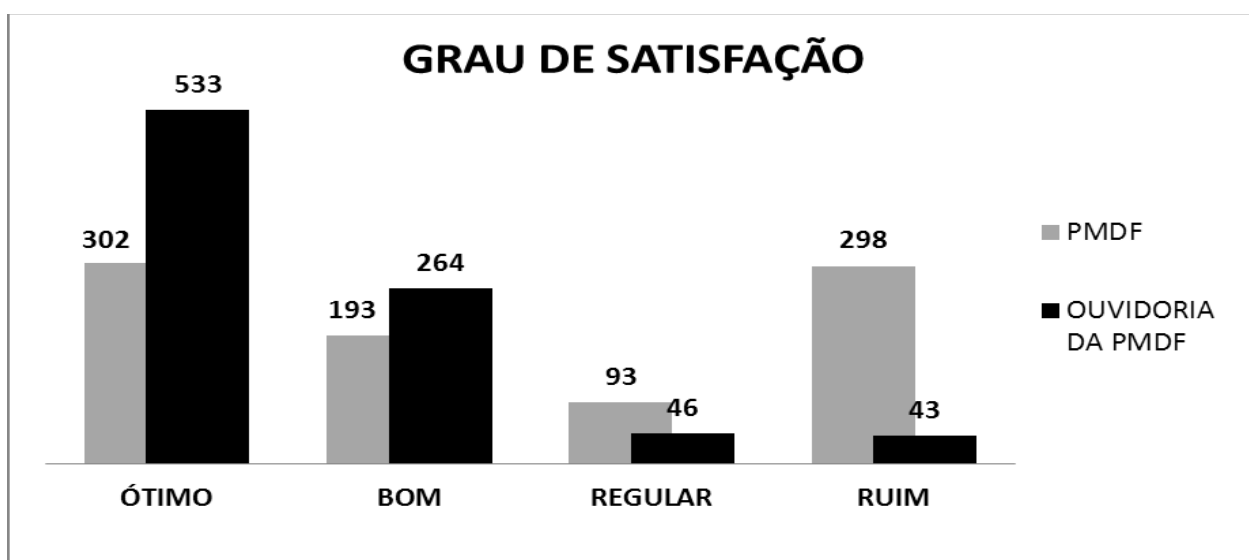


Figura A.3.4.2 Gráfico do grau de satisfação

Das avaliações dadas à PMDF 34,09% foram ÓTIMO; 21,78% foram BOM; 33,63% RUIM e 10,50% REGULAR. Para a Ouvidoria 60,16% foram ÓTIMO; 29,80% foram BOM; 5,19% foram REGULAR e 4,85% foram RUIM.

3.6. Medidas adotadas com vistas ao cumprimento das normas à acessibilidade.

No que se refere às exigências de acessibilidades previstas no Decreto 5.296/2004 mais especificamente no que tange os requisitos do Artigo 11 da Lei 10.098/2000 a Polícia Militar procurou incluir tais requisitos em todos os contratos firmados para a construção de novas edificações das UPMS, como bem demonstra as Unidades Operacionais do 1º Batalhão de Policiamento Escolar situado na cidade de Águas Claras-DF e 1º Batalhão de Polícia Militar no setor Policial Sul. Unidades reformadas ou construídas nesses moldes dispõem de rampas de acesso, elevadores para cadeirantes, vagas reservadas de estacionamento próximas dos acessos de circulação de pedestre, devidamente sinalizadas, acessos ao interior da edificação livres de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou mobilidade reduzida, itinerários com comunicação horizontal e vertical com as dependências e serviços dos edifícios e banheiros acessíveis dotados de equipamentos e acessórios que facilitem a utilização por pessoa portadora de deficiência.

6.TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1. Demonstração de Execução das Despesas - Desempenho orçamentário

Programa: Operações Especiais-Transferência Constitucional Obrigatória- PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Quadro A.6.1.1 –demonstração de execução das despesas de pessoal inativos e pensionista PMDF.

Identificação da Ação						
Código	00NS		Tipo: OPERAÇÃO ESPECIAL			
Título	PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA DA POLÍCIA MILITAR DO DF					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	TRANF. CONST. OBRIGATÓRIA Código: 0903 Tipo Operação Especial					
Unidade Orçamentária	Nº 73.901 Fundo Constitucional do Distrito Federal UG DLF, Nº 170.484 DGP-PMDF					
Ação Prioritária	(X) Sim ()Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
798.476.218	946.055.259,34	946.055.259,34	946.047.346,43	946.047.346,34		7.912.91
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Em relação a despesas de pessoal de inativos e pensionistas objeto da presente ação, esta, vem numa crescente, ano após ano, sendo recorrente a insuficiência orçamentária para o atendimento desta despesa. Isto deve-se ao crescente número de Policiais Militares que estão

completando tempo de serviço 30 anos e estão solicitando irem para reserva remunerada (aposentadoria), pesa ainda fato de que a proposta orçamentária da Corporação para o exercício financeiro de 2015, sofreu corte significativos ainda no seu nascedouro conforme pode ser observado mais a frente. Por fim analisando a despesa acima percebemos que ela teve que ser suplementada, para atender a despesa até o final do exercício financeiro de 2015.

Programa: Operações Especiais-Transferência Constitucional Obrigatória- PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Quadro B.6.1.1 – demonstração de execução das despesas de manutenção da PMDF.

Identificação da Ação						
Código	00NR		Tipo: OPERAÇÃO ESPECIAL			
Título	MANUTENÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO DF					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	TRANF. CONST. OBRIGATÓRIA Código: 0903 Tipo Operação Especial					
Unidade Orçamentária	Nº 73.901 Fundo Constitucional do Distrito Federal UG Nº 170.393- DLF, Nº 170.484 DGP-PMDF					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.065.687.788	1.915.949.177,28	1.915.949.177,28	1.881.160.763,05	1.880.838.805,26		34.788.414,23
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Em relação a despesas de manutenção da Corporação, o que nos vale citar é a intempestividade na liberação da dotação orçamentária de investimento, o que faz a execução ficar concentrada em determinado período, dificultando a Corporação a cumprir a recomendação da CGU/TCU no que tange a realizar sua despesa a razão de 01/12 avos mês durante o exercício financeiro de 2015. O orçamento de investimento da Corporação ficou todo bloqueado logo ao início do exercício o que prejudicou o atingimento das metas previamente definidas no Plano Estratégico da Corporação. Em detrimento das dificuldades orçamentárias que o GDF atravessava parte deste recurso (investimento) foi

redirecionado para as despesas de pessoal, custeio da folha e para o atendimento das despesas de outros órgãos, isto tudo definido pelo órgão setorial de descentralização de crédito e recurso e coordenador do FCDF a SUTES/GDF. Em relação aos serviços continuados este vem crescendo também de forma recorrente, o que traz sérios transtornos para Corporação devido a insuficiência dos recursos, afetando diretamente a manutenção de viaturas, abastecimento, entre outros serviços continuados essenciais para o processo finalístico da PMDF.

Quadro C.6.1.1 – demonstração de execução das despesas de assistência média e odontológica PMDF

Identificação da Ação						
Código	00FM		Tipo: OPERAÇÃO ESPECIAL			
Título	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS POLICIAIS MILITARES E SEUS DEPENDENTES					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	TRANF. CONST. OBRIGATÓRIA Código: 0903 Tipo Operação Especial					
Unidade Orçamentária	Nº 73.901 Fundo Constitucional do Distrito Federal UG DLF, Nº 170.485 DSAP-PMDF					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
146.456.556,00	161.456.556,00	161.456.556,00	146.689.708,18	146.517.847,82		14.766.847,82
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Em relação a Assistência Médica e Odontológica dos Policiais Militares e seus dependentes os recursos não foram suficientes mais uma vez, e tivemos que solicitar suplementações inclusive, foi necessário cancelar o recurso de investimento e suplementar no custeio da assistência médica, em sua totalidade, vale ressaltar ainda que a proposta orçamentária encaminhada pela Corporação para esta ação também não foi atendida. No final de 2014 a PMDF nomeou uma comissão para definir o valor per capita de uma vida para o seu sistema de saúde sendo feito estudos e definido um valor que está sendo levado em consideração quando da elaboração da proposta orçamentária. Ocorre porém, que órgão setorial claro com os seus motivos não leva em consideração quando da finalização da proposta da corporação e sua inserção no SIOP. Isto tem trazidos sérios prejuízos a Corporação inclusive vale aqui citar neste exercício financeiro teremos novamente dificuldade até o final do exercício para honrar todos os compromissos com relação a assistência médica dos servidores e dependentes.

Programa: Operações Especiais-Transferência Constitucional Obrigatória- PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS
Quadro D.6.1.1 – demonstração de execução das despesas de outros benefícios assistenciais PMDF

Identificação da Ação						
Código	00NT		Tipo: OPERAÇÃO ESPECIAL			
Título	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAIS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL- Auxílio alimentação, Auxílio pré-escolar, Auxílio natalidade e funeral.					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	TRANF. CONST. OBRIGATÓRIA Código: 0903 Tipo Operação Especial					
Unidade Orçamentária	Nº 73.901 Fundo Constitucional do Distrito Federal UG DLF, Nº 170.484 DGP-PMDF					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
170.098.872	158.666.040,38	158.666.040,38	158.666.040,38	158.666.040,38	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Quanto aos benefícios assistências esta despesa não tem trazido grandes problemas em sua realização orçamentária e financeira, mas no exercício financeiro de 2016, em detrimento do aumento do auxílio pré-escolar que foi para R\$ 321,00 segundo portaria do MPOG, esta despesa necessitará de suplementação, mas no exercício de 2015 houve uma economia orçamentária em sua realização, sendo o valor economizado redirecionado para outras despesas que necessitavam de suplementações.

Execução físico-financeira da Orçamento

Quadro E.6.1.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária:	Código UO:		UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	67.745.466,46	80.411.377,20	67.423.508,67	80.336.812,60
a) Convite				
b) Tomada de Preços	65.123,07	124.031,79	65.123,07	124.031,79
c) Concorrência	290.719,72	3.185.448,02	290.719,72	3.185.448,02
d) Pregão	67.389.623,67	77.101.897,40	67.067.665,88	77.027.332,80
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	22.735.690,10	17.271.269,70	22.735.690,10	17.271.269,70
h) Dispensa	7.584.757,96	8.469.624,10	7.584.757,96	8.469.624,10
i) Inexigibilidade	15.150.932,14	8.801.645,57	15.150.932,14	8.801.645,57
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	822.180,81	316.348,37	822.180,81	316.348,37

k) Pagamento em Folha				
l) Diárias	822.180,81	316.348,37	822.180,81	316.348,37
5. Outros NÃO SE APLICA	146.689.708,18	137.699.806,39	146.517.046,95	137.699.806,39
6. Total (1+2+3+4+5)	237.993.046,00	228.557.486,00	237.498.427,00	228.557.486,00

Quadro F.6.1.1 – Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária: 73901 - FCDF				Código UO: 73901		UGO: 170393/170484/170485		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
319001	739.587.377,25	538.906.593,82	739.587.377,25	538.906.593,82	0	0	739.587.377,25	538.906.593,82
319003	206.467.882,09	163.263.678,20	206.459.969,18	163.263.678,20	7.912,91	0	206.459.969,18	163.263.678,20
319011	1.087,24	0	1.087,24	0	0	0	1.087,24	0
319012	1.511.176.159,52	1.406.940.194,11	1.510.954.492,27	1.406.940.194,11	221.667,25	193.981,99	1.510.954.492,27	1.406.940.194,11
319091	892.146,71	0	892.146,71	0	0	0	892.146,71	0
319092	538.061,67	0	2.212,44	0	535.849,23	0	2.212,44	0
319094	111.567.679,52	46.991.467,63	111.567.679,52	46.991.467,63	0	0	111.567.679,52	46.991.467,63
Demais elementos do grupo	0	48.025.913,86	0	48.025.913,86	0	0	0	48.025.913,86
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
339008	6.105.526,55	0	6.105.526,55	0	0	0	6.105.526,55	0
339015	185.453,52	0	185.453,52	0	0	0	185.453,52	0
339019	26.916.157,13	25.747.640,79	26.916.157,13	25.747.640,79	0	0	26.916.157,13	25.747.640,79
339046	152.560.513,83	129.767.443,92	152.560.513,93	129.767.443,92	0	0	152.560.513,93	129.767.443,92
339059	72.527,90	0	72.527,90	0	0	0	72.527,90	0
339092	912.399,12	0	0	0	912.399,12	0	0	0
339093	148.186.910,07	61.303.710,70	148.185.501,30	60.657.580,55	1.409,34	706.693,55	148.105.578,60	60.657.580,55
Demais elementos do Grupo	62.333.557,28	8.291.348,94	57.438.331,03	8.266.367,50	4.895.226,25	24.981,44	57.438.331,03	8.266.367,50
339039	124.972.400,35	189.264.810,50	110.651.544,55	173.834.715,10	14.320.855,80	15.430.095,45	110.558.806,07	173.834.715,10
339030	27.558.405,69	24.998.819,94	22.657.676,60	22.802.766,38	4.900.729,09	12.196.053,56	22.657.676,60	22.802.766,38
32, 47 e 92	24.967.626,47	7.964.692,00	24.941.538,92	5.812.686,18	26.087,55	2.152.005,82	24.941.538,92	5.812.686,18
339031	125.566,80	0	125.566,80	0	0	0	125.566,80	0

339035	0	145.580,98	0	145.580,98	0	0	0	145.580,98
339037	4.985.655,26	5.732.200,32	4.977.310,36	5.089.559,35	8.344,90	6.442.640,87	4.655.352,57	5.089.559,35
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
52	30.407.586,43	31.270.627,19	6.947.271,59	17.569.911,89	23.460.314,84	13.700.715,30	6.947.271,59	17.495.347,23
Demais elementos do Grupo	503.773,10	0	502.350,02	0	1.423,08	0	502.350,02	0
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras	892.146,71	0	892.146,71	0	0	0	892.146,71	0
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Quadro G.6.1.1 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante							
Nome:	36000 - MINISTÉRIO DA SAUDE						
	Unidade Orçamentária nº 36901- Fundo Nacional de Saúde- FNS						
UG/GESTÃO:							
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00) Apenas empenhado			
	2015	2014	2013	2015	2014	2013	
Convênio	01	0	0	1.517.996,00	0	0	
Contrato de repasse	0	0	0	0	0	0	
...	0	0	0	0	0	0	
Totais	01	0	0	1.517.996,00	0	0	

Fonte: Estado Maior PMDF- Orçamento Valor apenas empenhado aguardando o repasse.

Abaixo para ilustrar o que já informamos com relação a proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2015 anexamos um quadro comparativo entre o proposto e o autorizado. Analisando a execução por ação dar para se observar com clareza as dificuldades que a Corporação passou para chegar até o final do exercício financeiro, inclusive em 2016 teremos que reconhecer dívida de 2015 devido falta de orçamento para realizarmos o empenho da despesa, dentro de outras despesas correntes-ODC Custeio da Assistência Médica da PMDF, valores que chegam a R\$ 67.000.000,00 (sessenta e sete milhões) de reais.

Quadro H.6.1.1 – demonstrativo da LOA 2015

LOA 2015			
	1-Pessoal	3-ODC	4-Investimentos
Manutenção da Polícia Militar do Distrito Federal	1.726.605.608	289.082.180	50.000.000
Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas da Polícia Militar do Distrito Federal	798.476.218		
Auxílio-Alimentação aos Servidores da Polícia Militar do Distrito Federal		168.657.000	
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores da Polícia Militar do Distrito Federal		6.136.620	
Auxílio-Natalidade e Auxílio-Funeral		1.305.252	
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e seus Dependentes da Polícia Militar do Distrito Federal		140.956.556	5.500.000
Total	2.525.081.826	606.137.608	55.500.000
			3.186.719.434

Quadro I.6.1.1 – demonstrativo da Proposta Orçamentária PMDF 2015

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PMDF 2015			
	1-Pessoal	3-ODC	4-Investimentos
Manutenção da Polícia Militar do Distrito Federal	2.034.289.621	310.642.061	191.341.858
Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas da Polícia Militar do Distrito Federal	975.540.291		
Auxílio-Alimentação aos Servidores da Polícia Militar do Distrito Federal		180.111.600	
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores da Polícia Militar do Distrito Federal		8.534.040	
Auxílio-Natalidade e Auxílio-Funeral		1.305.252	
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e seus Dependentes da Polícia Militar do Distrito Federal		191.023.080	15.000.000
Total	3.009.829.912	691.616.033	206.341.858
			3.907.787.803

Quadro J.6.1.1 – Diferença da Proposta Orçamentária PMDF 2015 e LOA 2015

DIFERENÇA A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PMDF 2015 E A LOA 2015

	1-Pessoal	3-ODC	4-Investimentos
Manutenção da Polícia Militar do Distrito Federal	307.684.013	21.559.881	141.341.858
Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas da Polícia Militar do Distrito Federal	177.064.073	-	-
Auxílio-Alimentação aos Servidores da Polícia Militar do Distrito Federal	-	11.454.600	-
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores da Polícia Militar do Distrito Federal	-	2.397.420	-
Auxílio-Natalidade e Auxílio-Funeral	-	-	-
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e seus Dependentes da Polícia Militar do Distrito Federal	-	50.066.524	9.500.000
Total	484.748.086	85.478.425	150.841.858
	721.068.369		

Quadro K.6.1.1 – Diferença da Proposta Orçamentária PMDF 2015 e LOA 2015 em %

DIFERENÇA A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PMDF 2015 E A LOA 2015 EM %

	1-Pessoal	3-ODC	4-Investimentos
Manutenção da Polícia Militar do Distrito Federal	17,82	7,46	282,68
Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas da Polícia Militar do Distrito Federal	22,18		
Auxílio-Alimentação aos Servidores da Polícia Militar do Distrito Federal		6,79	
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores da Polícia Militar do Distrito Federal		39,07	
Auxílio-Natalidade e Auxílio-Funeral		0,00	
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e seus Dependentes da Polícia Militar do Distrito Federal		35,52	172,73
Total	19,20	14,10	271,79
	22,63		

6.4. Demonstração da movimentação e saldos de Restos a Pagar

✓ Pagamento e cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.6.4. Movimentação e saldos de restos a pagar

Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar 31/12/2014
2013	28.786.065,80	2.600.745,56	25.180.364,42	1.004.955,82
2012	8.916.102,31	4.300.449,95	4.439.393,94	176.258,42
2011	13.274,36	0,00	9.463,88	3.810,48
2010	351.663,67	351.663,67	0,00	0,00

Gestão de Pessoas

A atividade de gestão de pessoas na Polícia Militar do Distrito Federal era exercida inicialmente pela Diretoria de Pessoal, instituída pelo artigo 19 da Lei 6.450 de 14 de outubro de 1977, órgão de direção setorial responsável pelo planejamento, coordenação, execução, controle e fiscalização das atividades relacionadas ao pessoal.

Em 2009, com o advento da Lei 12.086/09, a supracitada diretoria deu origem ao atual Departamento de Gestão de Pessoal (DGP) que, conforme regulamentação do Decreto 31.793/10, subdivide-se:

- a) Diretoria de Pessoal Militar.
- b) Diretoria de Pagamento de Pessoal e Previdência.
- c) Diretoria de Inativos, Pensionistas e Civis.
- d) Diretoria de Promoção de Avaliação e Desempenho.
- e) Diretoria de Recrutamento e Seleção.

Deu-se a estas diretorias a competência de executar as atividades relacionadas à gestão de pessoas no âmbito da PMDF, de acordo com as políticas e diretrizes estratégicas de pessoal na Corporação.

Dentre os principais objetivos deste departamento podemos citar:

- a) Em perspectiva da gestão financeira, otimizar a execução orçamentária e financeira de pagamento de pessoal fomentando estudos do impacto financeiro de cargos e salários.
- b) Em perspectiva de aprendizado e crescimento, otimizar o ingresso de pessoal na PMDF, regulamentando os processos de ingresso e incorporação. Incrementar a especialização e capacitação. Implantar metodologias de controle e fiscalização de atividades de pessoal. Aperfeiçoar a gestão de recursos humanos e a alocação de pessoal nas Unidades Operacionais e administrativas. A contínua atualização do sistema de informações de controle de alterações e assentamento de pessoal e modernizar o processo de recrutamento e seleção de pessoal.

Gestão de Riscos de Pessoal

As Subcomissões Permanentes de Gestão de Riscos foram definidas com base na estrutura organizacional da PMDF e são divididas em Subcomissão Permanente de Gestão de Riscos de Pessoal; Subcomissão Permanente de Gestão de Riscos Operacionais; Subcomissão Permanente de Gestão de Riscos de Saúde e Assistência ao Pessoal; Subcomissão Permanente de Gestão de Riscos de Logística e Finanças; Subcomissão Permanente de Gestão de Riscos de Educação e Cultura; Subcomissão Permanente de Gestão de Riscos de Controle e Correição; Subcomissão Permanente de Gestão de Riscos de Comunicação; Subcomissão Permanente de Gestão de Riscos de Inteligência; e Subcomissão Permanente de Gestão de Riscos de Polícia Comunitária e Direitos Humanos.

O status de cada risco, sua evolução e efetividade dos controles serão reportados à Comissão Permanente de Gestão de Riscos (CPGR) e a Auditoria de Gestão de Riscos pelas Subcomissões Permanentes de Gestão de Riscos, após suas reuniões setoriais que ocorrem com frequência mínima bimestral.

Dentro da estrutura supracitada, a PMDF tem desenvolvido suas atividades de gestão de riscos. No trabalho piloto, iniciado em 2013 e finalizado em 2014 foram identificados e classificados 23 (vinte e três) riscos corporativos. Após a implantação do sistema explicado acima e a realizações das reuniões das comissões e subcomissões de risco, estes são monitorados e mitigados, além do desenvolvimento de atividades para novas identificações de risco, seu monitoramento e tratamento.

GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

Estrutura de Pessoal da Unidade

Quadro A.7.1. Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	4.146	9.662
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	4.146	9.662
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão		
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado- CEDIDOS A OUTROS ÓRGÃOS DISTRICTAIS E FEDERAIS.	647	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório		
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	4.793	9.662

Fonte: DGP/PMDF

Quadro B.7.1. Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	365	207	125	82
1.1. Cargos Natureza Especial	365	207	125	82

1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	0	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	365	207	125	82

Fonte: DGP/PMDF

Quadro C.7.1. Custos de pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2015									
	2014									0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da Unidade Prestadora de Contas										
Exercícios	2015	1.827.085.606,74	270.028.957,49	318.866.974,82	318.773.104,93	158.666.040,38	185.453,52		964.674,61	2.894.570.812,49
	2014	1.505.315.596,43	304.398.673,98	376.276.939,00	124.215.714,49	147.430.083,94	27.704.075,66	3.157.969,53	968.776,68	2.489.467.829,71
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da Unidade Prestadora de Contas										
Exercícios	2015									0,00
	2014									0,00

Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015										0,00
	2014										0,00
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015										0,00
	2014										0,00
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015										0,00
	2014										0,00

Quadro D.7.1. Contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância

Unidade Contratante													
Nome: Polícia Militar do DF													
UG/Gestão: 170393						CNPJ: 08.942.610.0001/16							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	L	O	054.0002.226/2013	04.944.460.0001/29	1/4/2013	1/4/2015							A

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Gestão de Tecnologia da Informação

A Polícia Militar do Distrito Federal em 31 de março de 2014 editou a Portaria PMDF N° 899 que aprovou a criação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação visando dar desdobramento ao Plano Estratégico PMDF no que tange as soluções de TI.

Ao editá-la levou-se em consideração o que já previa Portarias anteriores tais como a 763 de 16/01/12 que publicou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação. A Portaria N° 871 de 30/07/13 que criou na PMDF o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e a Portaria PMDF N° 891 de 17/01/14 que estabeleceu o processo para contratação e aquisições de soluções de Tecnologia da Informação, conforme disposto na Instrução Normativa n° 04 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (IN-04/2010 – SLTI/MPOG).

A Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicações na PMDF está a cargo da Diretoria de Telemática, órgão subordinado ao Departamento de Logística e Finanças. A diretoria está estruturada da seguinte forma:

- a) Seção de Banco de Dados (SBD). Compete à SBD identificar, captar e administrar os dados de interesse da Corporação, garantindo segurança, integridade e níveis de acesso, dentro dos critérios pré-estabelecidos.
- b) Seção de Infraestrutura e Comunicações (SIC). Compete à SIC o gerenciamento da interconectividade entre os diversos segmentos de redes de comunicação eletrônica de dados corporativos, assegurando o funcionamento das estruturas e provendo suporte aos recursos físicos e lógicos que lhes são cabíveis.
- c) Seção de Desenvolvimento de Sistemas (SDS). Compete à SDS os processos de gerenciamento, projetos de análise, desenvolvimento, implantação, integração e documentação de sistemas de informação, em conformidade com as necessidades corporativas identificadas.
- d) Seção de Atendimento ao Usuário (SAL). Compete à SAL o gerenciamento das ações e provimento das soluções voltadas ao atendimento das necessidades de suporte tecnológico aos usuários.
- e) Seção de Segurança, Testes e Qualidade (SSTQ). Compete à SSTQ o gerenciamento das ações voltadas à gestão da segurança da informação, contingenciamento e continuidade de negócios de TIC, a realização de processos de testes de software e a garantia da qualidade das soluções de tecnologias da informação em uso na Corporação, dos processos internos e dos controles internos necessários à gestão da TIC, ajustada às melhores práticas de mercado.
- f) Seção Administrativa (AS). Compete à AS a coordenação, fiscalização e controle das atividades referente a assuntos administrativos, de pessoal, de logística e expediente da Diretoria de Telemática.

GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Relação dos sistemas e a função de cada um deles

O modelo de gestão de segurança da informação adotado pela Corporação segue as recomendações das normas internacionais ISO/IEC 17.799 (27.002) e 27.001, ratificadas nacionalmente pela série de normas ABNT NBR ISO/IEC 27001: Sistemas de Gestão da Segurança da Informação e ABNT NBR ISO/IEC 27002: Código de prática para a gestão da segurança da informação.

Sistemas de Gerenciamento de Conteúdo

JOOMLA

É um Sistema de gestão de conteúdos (Content Management System - CMS) desenvolvido a partir do CMS Mambo. É desenvolvido em PHP e pode ser executado no servidor Web Apache ou IIS e base de dados MySQL. Recém adotado para a prática de geração de portais institucionais (ainda a ser consolidado).

Sistemas gerenciadores de bancos de dados (SGBD)

SQL SERVER

A Diretoria de Telemática tem atualmente o SQL Server como principal Sistema Gerenciador de Banco de Dados. O SQL Server 2000 está sendo usado nas aplicações que utilizam o ASP Net, o Visual Basic, as replicações do SGO e do DHL. Dentro as aplicações do ASP estão os sistemas legados, dentre eles: Logística, Pessoal, Saúde, Protweb, etc. Dentro do Visual Basic estão a parte financeira de Saúde e as alterações e assentamentos do GEPES (pessoal).

MySQL

O banco de dados o MySQL estão sendo utilizados em aplicações desenvolvidas na ferramenta MAKER como o Sistema de serviço Voluntário e o sistema desenvolvido para a Corregedoria . O novo protocolo eletrônico está sendo desenvolvido em PHP (em desenvolvimento).

Necessidades

Quadro A.9.2. Necessidades da TI

PROCESSO	SITUAÇÃO	OBJETO
054.001.837/2013	Projeto pronto. Na Ditel para ajustes	Terceirização de mão-de-obra especializada - Contratação de empresa especializada em manutenção em infraestrutura de telecomunicações
054.001.234/2014	Projeto pronto. Na Ditel para ajustes	Contratação de serviços de Backup e recuperação de desastres para a PMDF
s/nº	Projeto em fase de elaboração	Aquisição de infraestrutura para suporte ao CPD de um site Backup com solução de Data Center escalar, móvel e modular a ser instalado dentro de um container
054.001.190/2014	Projeto pronto. Na Ditel para ajustes	Aquisição de computadores para a PMDF

Contratos que vigoraram no exercício

Quadro A.9.3. Contratos de TI que vigoraram no exercício

PROCESSO	SITUAÇÃO	OBJETO
054.002.132/2015	Solicitou-se renovação	Suporte à assistência técnica dos servidores da DELL.

054.002.410/2015	Solicitou-se renovação	Solução de filtro de conteúdo McAfee Web Gateway
------------------	------------------------	--

GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO DA CORPORAÇÃO

Quadro A.8. Quantidade de veículos em uso na frota da PMDF

ADMINISTRATIVAS	320
AERONAVES	5
CARRO VELADO	231
EMBARCAÇÕES	18
EMPLEMENTOS	31
ESPECIALIZADAS	39
MOTOS	1.040
MOTOS VELADA	55
NÃO ESPECIALIZADAS	15
OPERACIONAIS	2.187
TOTAL	3.941

Fonte: DPMT-DLF/PMDF

O veículo inservíveis da Corporação dentre eles as viaturas administrativas e operacionais são alienadas anualmente a fim de que haja a recomposição da frota para o exercício financeiro de 2016 estão previstos a realização de dois leilões a fim de alienar estes veículos, a receita provenientes desta alienação ingressa para compor o Fundo de Modernização, Reequipamento e Reparagem da Polícia Militar do Distrito Federal, entrando com receita de capital e por força da LRF é utilizado para a realização de uma despesa de capital ou seja para aquisição de outro material permanente, anualmente quando não há execução a luz da Lei 4320 de 1964, artigo 73 apura-se superávit financeiro. Ocorre que dada a insuficiência financeira do GDF durante o exercício financeiro de 2015 e 2016 estes recursos foram utilizados pelo GDF para pagamento de despesa da previdência do GDF, pagar salário de inativos do GDF, desta forma a execução foi aquém da esperada.

FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR DO DF: Responsabilidades institucionais da unidade:

a) Competência Institucional.

O Fundo de Saúde da PMDF, na forma da Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002 e da Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005, bem como o estabelecido no Decreto nº 4.628, de 19 de abril de 1979, tem como finalidade, custear as despesas referentes a atendimentos médicos e odontológicos dos militares ativos, inativos, pensionistas e seus dependentes, de forma a complementar os recursos oriundos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, que também possuem tal destinação.

b) Objetivos estratégicos.

O Fundo de Saúde tem como estratégia exclusiva a previsão legal de complementar os recursos destinados pelo Fundo Constitucional do DF à assistência médica dos militares ativos, inativos, pensionistas e seus dependentes. Com os recursos conjuntos busca-se o atendimento médico-hospitalar e ambulatorial por meio de contratações e credenciamentos de clínicas, hospitais, aquisições de materiais médicos diversos, bem como, a contratação e aquisição dos demais bens e serviços que se fizerem necessários. Página | 66

2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS:

2.1. Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida. O Fundo de Saúde atuando em conjunto com a assistência médica da PMDF para cumprir com suas responsabilidades institucionais utilizam órgãos auxiliares da corporação que coadunam com suas funções, além é claro, do seu corpo técnico-profissional. Esses órgãos oferecem vários serviços de saúde a fim proporcionar ao público-alvo o acesso ao direito garantido por lei. São eles:

I - Policlínica médica: presta consultas ambulatoriais, alguns exames de imagem, pequenas cirurgias, exames laboratoriais, reabilitação física, entre outras;

II - Centro de Assistência Social (CASO): oferece assistência psicológica, palestras de planejamento familiar, apoio pedagógico, apoio religioso, entre outros;

III - Centro Odontológico: atendimento de ambulatorial, urgência, emergência, diversas cirurgias e exames;

IV - Centro de Capacitação Física: prevenção e cuidados com a saúde física dos militares;

V - Centro de Perícias médicas: Avaliação e verificação da capacidade laboral dos militares;

IDENTIFICAÇÃO DAS UPC RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Governo do Distrito Federal		Código SIORG: 1929	
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora e agregadora			
Denominação completa: Fundo Constitucional do Distrito Federal- FUNDO DE SAÚDE DA PMDF			
Denominação abreviada: Fundo Constitucional do DF			
Código SIORG:1929	Código na LOA: 28.845.0903.00FM	Código SIAFI: 170392-FCDF	
Natureza Jurídica: Fundo de Saúde da PMDF			
Principal Atividade: Complemento a Assistência Médica e Odontológica		Código CNAE: 6520-1/00	
Telefones/Fax de contato: (061) 3312-5914	(061) 3312-5812	(061) 3312-5813	
E-mail: GEAHA@FAZENDA.DF.GOV.BR			
Página na Internet: www.buriti.df.gov.br			
Endereço Postal: ANEXO DO PALACIO DO BURITI 10 ANDAR SALA 1020 CEP: 72000-000			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas			
Nome		Situação	Código SIORG
FCDF/FS-POLÍCIA MILITAR DO DF (Fundo de Saúde da PMDF)		Ativa	1929
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem: 73901			
Denominação completa: Fundo de Saúde da Polícia Militar do Distrito Federal- FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL- Fonte 106 Receita própria Contribuições e Indenizações			
Denominação abreviada: Fundo de Saúde da PMDF			
Código SIORG: 1929	Código na LOA: 73901	Código SIAFI: 170485	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Fundos			
Principal Atividade: Assistência a Saúde dos Policiais Militares em Complemento ao orçamento da seguridade Social destinado a Saúde.		Código CNAE: 6520-1/00	
Telefones/Fax de contato:	(061) 3910-1574	(061) 3910-1523	
E-mail: em@pmdf.df.gov.br			

Página na Internet: www.pmdf.df.gov.br	
Endereço Postal: Setor de Indústrias Gráficas, Qd. 04, Lote 25, Edifício Barão de Mauá, 4º Andar, CEP.: 70602600 Brasília-DF.	
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Lei 10486/1996; Decreto 7165/2010; Dec. GDF 31.646 DE 2010 Lei nº 7.479; Portaria PMDF-025 de 05/10/2006.	
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
170485	DEPARTAMENTO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA AO PESSOAL – DSAP/PMDF
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
170392	FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
170485	FCDF – PMDF – ASSISTÊNCIA MÉDICA-000001

Responsabilidades institucionais da unidade:

Competência Institucional.

O Fundo de Saúde da PMDF, na forma da Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002 e da Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005, bem como o estabelecido no Decreto nº 4.628, de 19 de abril de 1979, tem como finalidade, custear as despesas referentes a atendimentos médicos e odontológicos dos militares ativos, inativos, pensionistas e seus dependentes, de forma a complementar os recursos oriundos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, que também possuem tal destinação.

Objetivos estratégicos.

O Fundo de Saúde tem como estratégia exclusiva a previsão legal de complementar os recursos destinados pelo Fundo Constitucional do DF à assistência médica dos militares ativos, inativos, pensionistas e seus dependentes. Com os recursos conjuntos busca-se o atendimento médico-hospitalar e ambulatorial por meio de contratações e credenciamentos de clínicas, hospitais, aquisições de materiais médicos diversos, bem como, a contratação e aquisição dos demais bens e serviços que se fizerem necessários.

Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.

O Fundo de Saúde atuando em conjunto com a assistência médica da PMDF para cumprir com suas responsabilidades institucionais utilizam órgãos auxiliares da corporação que coadunam com suas funções, além é claro, do seu corpo técnico-profissional. Esses órgãos oferecem vários serviços de saúde a fim proporcionar ao público-alvo o acesso ao direito garantido por lei. São eles:

- I - Policlínica médica: presta consultas ambulatoriais, alguns exames de imagem, pequenas cirurgias, exames laboratoriais, reabilitação física, entre outras;
- II - Centro de Assistência Social (CASO): oferece assistência psicológica, palestras de planejamento familiar, apoio pedagógico, apoio religioso, entre outros;
- III - Centro Odontológico: atendimento de ambulatorial, urgência, emergência, diversas cirurgias e exames;
- IV - Centro de Capacitação Física: prevenção e cuidados com a saúde física dos militares;
- V - Centro de Perícias médicas: Avaliação e verificação da capacidade laboral dos militares;

Força de trabalho/Recursos humanos:

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total	
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão		
Efetivos (Quadro do GDF)	17	555	02	67	641	
Comissionados (Sem vínculo efetivo)	17	46	0	01	64	
Requisitados	Órgãos do GDF	0	01	0	01	02
	Órgãos Estaduais	0	0	0	0	0
	Órgãos do Governo Federal	0	0	0	0	0
Outros	Estagiários	0	0	0	0	0
	Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Subtotal (Força de Trabalho)	34	602	02	69	707	
(-) Cedido para outros órgãos	0	0	0	0	0	
Total Geral	34	602	02	69	707	

Ressaltamos que devido algumas peculiaridades do serviço público tais como limitação na contratação de mais profissionais para oferecer um maior conjunto de especialidades, a Polícia Militar, através de seus próprios órgãos, não oferece todos os serviços que garantem a saúde de seus usuários. Assim, com os recursos que arrecada complementando com os que recebem do Fundo Constitucional do Distrito Federal, e por meio do edital de credenciamento, realiza credenciamento de clínicas e hospitais com o fim de atender a demanda da área de saúde da PMDF. Seguem abaixo relação de contratos e credenciamentos em andamento.

A manutenção dos serviços prestados pelo próprio órgão é feita também com esses recursos sendo utilizado para aquisição de materiais hospitalares, odontológicos, laboratoriais, e outros relativos à saúde; manutenção de equipamentos de raios-X, ecografia, câmara hiperbárica, laboratoriais e de fisioterapia; e cursos para atualização profissional dos militares a fim de manter a qualidade dos procedimentos oferecidos. Dessa forma, os recursos recebidos para a assistência médica, são utilizados tanto para a contratação de serviços médicos e hospitalares, principalmente de urgência e emergência, como para apoio aos prestados pela PMDF, sendo complementado por esta receita própria do órgão, e direcionado única e exclusivamente para outras despesas correntes ou seja despesa de custeio da Assistência Médica.

Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.

As execuções orçamentárias e financeiras dos créditos do Fundo de Saúde obedecem a uma sistemática própria, como complementam os recursos referentes à assistência médica, funcionam como reserva para eventuais aumentos da demanda. Embora seus recursos estejam no planejamento da gestão do sistema de saúde, atualmente não entendemos o por que mas por estar sendo executado no SIAFI do Governo Federal esta receita muito embora seja própria do órgão não se apura superávit, devendo ser executada dentro do próprio exercício, servindo como complemento da proposta orçamentária da Corporação, referente ao Fundo Constitucional do Distrito Federal.

AÇÕES	DESPESA AUTORIZADA	VALOR EMPENHADO
CREENCIADAS	5.840.409,08	5.840.409,08
REFORMA DA POLICLÍNICA	R\$ 0,00	R\$ 0,00
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	R\$ 0,00	R\$ 0,00
AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO	23.941,67	23.941,67
RESSARCIMENTOS	4.442.357,25	4.442.357,25
TOTAL	10.306.708,00	10.306.708,00

Como as despesas com saúde não seguem a mesma previsibilidade que as despesas comuns, embora trabalhemos com previsão de gastos partimos de uma análise do exercício anterior para poder propor uma estratégia de ação a fim de planejar adequadamente nossas demandas, principalmente as cirurgias de emergência e urgência de alto custo que esgotam com a maior parte do orçamento, impondo um necessário ajuste no Plano de Aplicação de Recursos Orçamentários, além da constituição de uma reserva considerável para evitar o reconhecimento de despesas de exercícios anteriores.

PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE:

Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UPC

Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 28845090300FM		Denominação: Assistência Médica e Odontológica aos servidores e seus dependentes da Polícia Militar do Distrito Federal.			
Tipo do Programa: Programas de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Objetivo Geral: Promover a Assistência Médica e Odontológica aos servidores e seus dependentes da Polícia Militar do Distrito Federal.					
Objetivos Específicos: Promover a Assistência Médica e Odontológica aos servidores e seus dependentes da Polícia Militar do Distrito Federal, de forma complementar aos recursos da seguridade social destinados a saúde dentro do fundo constitucional do Distrito Federal, (REFORMA E AMPLIAÇÃO DA POLICLÍNICA DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL).					
Gerente:			Responsável:		
Público Alvo: Militares da PMDF, seus dependentes e pensionistas.					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
10.306.708,00	10.306.708,00	10.306.708,00	10.306.708,00	133.243,66	10.093.541,59
Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 28845090300FM PO-Nº0002		Denominação: Assistência Médica e Odontológica aos servidores e seus dependentes da Polícia Militar do Distrito Federal.			
Tipo do Programa: Operação Especial-Transferência Constitucional Obrigatória, Orçamento da Seguridade Social, Fundo de Saúde da PMDF, complemento aos recursos destinados a saúde dos Policiais Militares e seus dependentes, RECEITA PRÓPRIA ARRECADADA PELO ÓRGÃO CONTRIBUIÇÕES E INDENIZAÇÕES					
Objetivo Geral: Complementar a promoção a Assistência Médica e Odontológica aos servidores e seus dependentes da Polícia Militar do Distrito Federal.					
Objetivos Específicos: Promover a Assistência Médica e Odontológica aos servidores e seus dependentes da Polícia Militar do Distrito Federal, de forma complementar aos recursos da seguridade social destinados a saúde dentro do					

fundo constitucional do Distrito Federal, (REFORMA E AMPLIAÇÃO DA POLICLÍNICA DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL).

Gerente: Responsável:

Público Alvo: Militares da PMDF, seus dependentes e pensionistas.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa Em R\$ 1,00

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
10.306.708,00	10.306.708,00	10.306.708,00	10.306.708,00	133.243,66	10.093.541,59

Identificação do Programa de Governo

Código no PPA: 28845090300FM Denominação: Assistência Médica e Odontológica aos servidores e seus dependentes da Polícia Militar do Distrito Federal.

Tipo do Programa: : Operação Especial-Transferência Constitucional Obrigatória, Orçamento da Seguridade Social, Fundo de Saúde da PMDF, complemento aos recursos destinados a saúde dos Policiais Militares e seus dependentes.

Objetivo Geral: : Promover a Assistência Médica e Odontológica aos servidores e seus dependentes da Polícia Militar do Distrito Federal.

Objetivos Específicos: Promover a Assistência Médica e Odontológica aos servidores e seus dependentes da Polícia Militar do Distrito Federal, de forma complementar aos recursos da seguridade social destinados a saúde dentro do fundo constitucional do Distrito Federal,

Gerente: Responsável:

Público Alvo: Militares da PMDF, seus dependentes

Informações orçamentárias e financeiras do Programa Em R\$ 1,00

Dotação					

Inicial	Final				
10.306.708,00	10.306.708,00	10.306.708,00	10.306.708,00	133.243,66	10.093.541,59

Identificação do Programa de Governo

Execução Física das ações realizadas pela UPC, no que concerne a realização da despesa com os recursos provenientes do Fundo de Saúde da PMDF.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2015

28	845	903	00FM	A	1	Atendimento Geral	100%	100%	100%
----	-----	-----	------	---	---	-------------------	------	------	------

Fonte: Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal

Tanto o Fundo de Saúde da PMDF, como a assistência médica da Corporação tem como meta principal atender toda a demanda referente aos serviços de saúde procurados pelos seus usuários, estimados na atualidade em 90.166 (noventa mil cento e sessenta e seis) vidas. Atuando com a oferta de serviços próprios e de terceiros, buscamos disponibilizar todas as especialidades médicas, odontológicas, fisioterapêuticas, psicológicas, além de todos os tipos de exame para a melhor atuação do profissional de saúde. Contudo, há alguns procedimentos que não são contemplados pelos termos de credenciamentos feitos com as empresas parceiras, nesse caso o usuário poderá realizá-lo e, respeitando as normas internas da corporação, solicitar ressarcimento.

A peculiaridade das despesas com saúde de serem totalmente imprevisíveis nos impede de estabelecer metas relativas à execução física. Assim, não podendo prever o que será realizado buscamos o cumprimento do dever legal de proporcionar ao nosso público-alvo uma boa assistência à saúde.

DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR-FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL	73901	170485 DSAP - FUNDO DE SAÚDE DA PMDF

Programação de Despesas Correntes

Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2014	2015	2014	2015	2014	2015
L O A	Dotação proposta pela UO	0	0	0	0	9.846.220,00	10.306.708,00
	PLOA	0	0	0	0	0	0
	LOA	0	0	0	0	0	0
	Suplementares	0	0	0	0	0	0

C R É D I T O S	Especiais	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados	0	0	0	0	0	0	0
Outras Operações			0	0	0	0	0	0
Total			0	0	0	0	9.846.220,00	10.306.708,00

Fonte: SIAFI Tesouro Gerencial 2015

Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro Resumo da Programação de Despesas

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2014	2015	2014	2015	2014	2015	
L O A	Dotação proposta pela UO	9.846.220,00	10.306.708,00	0	0	0	0	
	PLOA	0	0	0	0	0	0	
	LOA	0	0	0	0	0	0	
C R É D I T O S	Suplementares	0	0	0	0	0	0	
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados	0	0	0	0	0	0	
Outras Operações		0	0	0	0	0	0	
Total		9.846.220,00	10.306.708,00	0	0	0	0	

Fonte: SIAFI Tesouro Gerencial 2015

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	0	0	0	0	0
	Recebidos	0	0	0	0	10.306.708,00
Movimentação Externa	Concedidos	0	0	0	0	0
	Recebidos	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI Tesouro Gerencial 2015

Despesas por Modalidade de Contratação

Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UPC

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2015	2014	2015
Modalidade de Licitação				
Não se aplica	571.273,78	4.658.783,47	571.273,78	4.578.860,72
Inexigível	7.972.584,38	5.617.303,86	7.972.584,38	5.617.303,86
Contratações Diretas				
Regime de Execução Especial				
	0	0	0	0
Pagamento de Pessoal				
	0	0	0	0
	0	0	0	0
Outros				

Fonte: SIAFI Tesouro Gerencial 2015

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ				Valores em R\$ 1,00
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	RP não processados	Valores Pagos

	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
3 – Outras Despesas Correntes								
30 – Material de Consumo.	0	23.941,67	0	0	0	23.941,67	0	0
39 – Outros Serviços de Terceiros - PJ.	9.274.946,22	5.623.982,86	7.972.584,38	5.514.680,87	1.302.361,84	109.301,99	7.972.584,38	5.514.680,87
92 – Despesas de exercícios anteriores.	571.273,78	216.426,22	571.273,78	216.426,22	0	0	571.273,78	216.426,22
93 – Indenizações e Restituições	0	4.442.357,25	0	4.442.357,25	0	0	0	4.362.434,50

Fonte: SIAFI Tesouro Gerencial 2015

Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UPC por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2015	2014	2015
Licitação				
Inexigível	7.972.584,38	5.617.303,86	7.972.584,38	5.617.303,86
Não se Aplica	571.273,78	4.658.783,47	571.273,78	4.578.860,72
Contratações Diretas				
Regime de Execução Especial				
Pagamento de Pessoal				
Outras				

Fonte: SIAFI Tesouro Gerencial 2015

Indicadores Institucionais

Durante o exercício de 2015 o Fundo de Saúde, por opção de planejamento, foi utilizado como reserva de contingência para atender um eventual aumento da demanda da assistência médica da corporação, o que foi verificado nos três últimos do exercício. Além disso, houve a realização de termo de credenciamento com novas empresas

umentando a oferta em localidades mais distantes, cujos recursos foram em parte oriundos deste fundo.

Assim como na assistência médica, utilizamos dois indicadores para mensurar nossos gastos, o primeiro representado pelo número de atendimentos realizados no complexo da Policlínica e o segundo pelo número de atendimentos realizados na rede credenciada, este dividido entre gastos com titulares e dependentes. Contudo, devido à demora das empresas credenciadas em encaminhar as notas fiscais, os recursos do Fundo de Saúde empenhados, foram todos inscritos em restos pagar não processados como demonstrado anteriormente.

Devido ao grande número de usuários do sistema de saúde (ativos, inativos, pensionistas e dependentes), que gera uma excessiva demanda pelos serviços fornecidos, seja no próprio órgão ou na rede externa, também, a falta de pessoal para ocupação das funções administrativas, impedem a mensuração de índices mais qualitativos a fim de melhor mensurar os gastos e fornecer informações mais detalhadas, principalmente os atendimentos que são realizados nas contratadas, ocorrendo uma grande diversidade de procedimentos dificultando a configuração de um cálculo mais simplificado e preciso assim buscamos informar contextualmente os números referentes ao atendimento realizado de uma forma geral.

ATENDIMENTOS REALIZADOS EM 2015

Quantidade de atendimentos médicos no Centro Médico da PMDF 58.358.

ATENDIMENTO POR ESPECIALIDADES	TOTAL ANUAL
CARDIOLOGIA	6.504
CLÍNICA MÉDICA	6.171
DERMATOLOGIA	4.758
ENDOCRINOLOGIA	3.398
ENDOCRINOPEDIATRIA	1.267
FONOAUDIOLOGIA	324
GASTROENTEROLOGIA	1.193
GINECOLOGIA	5.561
NEUROLOGIA	3.988
NEUROPEDIATRIA	648
NUTRIÇÃO	552
OFTALMOLOGIA	6.306
ORTOPEDIA	6.991
OTORRINOLARINGOLOGIA	2.624
PEDIATRIA	2.938
PROCTOLOGIA	1.024
UROLOGIA	4.111
TOTAL	58.358

Quantidade de Procedimentos realizados no Centro Médico (exames) 10.721:

EXAMES POR ESPECIALIDADES	TOTAL ANUAL
CARDIOLOGIA	2.772
RADIOLOGIA	4.360
NEUROLOGIA	340
ORTOPEDIA	133
OFTALMOLOGIA	1.278
OTORRINO	1.838
TOTAL	10.721

Quantidade de Procedimentos realizados no Centro Médico (outros) 12.316:

AUDITORIA MÉDICA	7.461
REMOÇÃO EM AMBULÂNCIA	4.855
TOTAL	12.316

Fonte: Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoa

I

Os restos a pagar de exercícios anteriores, conforme demonstrado em tabela abaixo, por dispor de disponibilidade financeira a partir da publicação do decreto de inscrição, são pagos de acordo com a ordem exigibilidade, não provocando impacto na gestão orçamentária e financeira do Fundo de Saúde.

Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2015
2013	0	0	0	0
2014	0	0	0	0
2015	0	0	0	0
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2015
2013	15.070,57	15.070,57	0	0
2014	52.045,16	279,61	51.765,55	0
2015	133.243,66	0	0	133.243,66
Observações:				

Por meio do Acórdão nº168/2007, o Tribunal de Contas da União (TCU) exarou despacho, por meio do qual é determinado ao Governo do Distrito Federal (GDF), à Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e ao Corpo de Bombeiros militar do Distrito Federal (CBMDF), que a partir de 1º/01/2011 execução orçamentária do Fundo de Saúde das Corporações Militares passasse a ser realizada por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e não mais por meio do Sistema Integrado de Gestão Governamental (SIGGO) do GDF.

Ao exarar referido despacho, entendeu aquela Corte que a contribuição para o fundo de Saúde é compulsória e obrigatória, sendo, portanto, a sua execução da competência da esfera Federal, por ser tratar de um tributo (contribuição). Esta decisão fez com que não se apurasse mais superávit financeiro quando do fechamento do exercício financeiro, ou seja se a Polícia Militar não executar todo o recurso da fundo de saúde no exercício vigente no fechamento do exercício perde o orçamento e o recurso, que vai para a Conta Única do Tesouro, o que claramente afronta ao regramento que trata da apuração de superávit financeiro dos FUNDOS ESPECIAIS, Lei nº 4.320 de 1964.

ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

Tratamento de determinações exaradas em acórdãos do TCU

Com relação as demandas dos órgãos de controle interno e externo não tivemos durante, o exercício financeiro de 2015 nenhuma determinação relevante que merecesse seu registro permanecendo em execução as recomendações determinadas em 2014 e constantes do relatório de Gestão de 2014.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Com relação a conformidade da gestão contábil e os documentos contábeis esta missão é de responsabilidade da SUTES/GDF, por meio da Contadora do FCDF, que é a responsável em assinar a contabilidade do FCDF, no que tange a parte da Corporação PMDF, pois não dispomos em nosso quadro, de servidor legalmente contrato para este fim.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A GESTÃO DA CORPORACÃO

13.1. Considerações finais: O desempenho da PMDF na gestão 2015

No exercício financeiro de 2015, a Corporação investiu em TI a fim de ampliar sua rede, com vistas a aumentar a efetividade da Corporação no desenvolvimento de seu negócio, que é Policiamento Ostensivo e a transmissão de sensação de segurança à sociedade do Distrito Federal.

Observa-se no exercício um desenvolvimento dos programas sociais, os quais aumentaram de forma considerada o atendimento ao público, onde a prevenção primária e conscientização são ações cujos reflexos logo serão sentido na sociedade seja na conscientização da importância de um trânsito mais seguro, passando pela abordagem clara e direta dos problemas relacionados ao consumo drogas e prática do bullying principalmente junto às escolas de ensino fundamental, atingindo diretamente as crianças em fase educacional.

Ainda caminha a Corporação para melhorar as condições de atendimento ao seu público, buscando meios para diminuir o tempo de resposta quando da solicitação e o atendimento por parte da polícia ao chamado da sociedade, vale ressaltar que atingimos a meta para 2015, mas podemos melhorar mais e iremos buscar isso.

Ademais, cabe ressaltar que por determinação da Setorial da Orçamento - SUTES/GDF, responsável pela gestão do Fundo Constitucional do Distrito Federal, houveram vários remanejamentos de orçamento da Corporação, inclusive para o atendimento de despesas de pessoal da própria Corporação, o que impossibilitou a consecução de vários projetos que estavam sendo desenvolvidos, para atender as demandas face ao grande evento que se avizinha (OLIMP. Assim, todo o Planejamento da Instituição teve que ser modificado, visando adequar-se a nova realidade orçamentária.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A GESTÃO DA CORPORação

Considerações finais: O desempenho da PMDF na gestão 2015

No exercício financeiro de 2015, a Corporação investiu em TI a fim de ampliar sua rede, com vistas a aumentar a efetividade da Corporação no desenvolvimento de seu negócio, que é Policiamento Ostensivo e a transmissão de sensação de segurança à sociedade do Distrito Federal.

Observa-se no exercício um desenvolvimento dos programas sociais, os quais aumentaram de forma considerada o atendimento ao público, onde a prevenção primária e conscientização são ações cujos reflexos logo serão sentido na sociedade seja na conscientização da importância de um trânsito mais seguro, passando pela abordagem clara e direta dos problemas relacionados ao consumo drogas e prática do bullying principalmente junto às escolas de ensino fundamental, atingindo diretamente as crianças em fase educacional.

Ainda caminha a Corporação para melhorar as condições de atendimento ao seu público, buscando meios para diminuir o tempo de resposta quando da solicitação e o atendimento por parte da polícia ao chamado da sociedade, vale ressaltar que atingimos a meta para 2015, mas podemos melhorar mais e iremos buscar isso.

Ademais, cabe ressaltar que por determinação da Setorial da Orçamento - SUTES/GDF, responsável pela gestão do Fundo Constitucional do Distrito Federal, houveram vários remanejamentos de orçamento da Corporação, inclusive para o atendimento de despesas de pessoal da própria Corporação foram realizados, o que impossibilitou a consecução de vários projetos que estavam sendo desenvolvidos, para atender as demandas face ao grande evento que se avizinha (OLIMP). Assim, todo o Planejamento da Instituição teve que ser modificado, visando adequar-se a nova realidade orçamentária.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSION 30/05/2016	PÁGINA 1
------------------------	-------------

SUBTÍTULO	170484 - FPDF-PMDF-DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	1.102.141,96	-
INGRESSOS	2.932.667.097,86	-
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	2.932.667.097,86	-
Ingressos Extraorçamentários	18.441.505,34	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	2.896.248.641,00	-
Arrecadação de Outra Unidade	17.976.951,52	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-2.931.564.955,90	-
Pessoal e Demais Despesas	-2.895.143.623,97	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 30/05/2016	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	170484 - FCDF-PMDF-DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-2.895.143.623,97	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-36.421.331,93	-
Dispêndios Extraorçamentários	-18.444.380,41	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-17.976.951,52	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/05/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 170484 - FCDF-PMDF-DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL

ÓRGÃO SUPERIOR 25915 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
DESEMBOLSOS		
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS		
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.102.141,96	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	575.686,55	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	1.677.828,51	-